Transformações no centro de Fortaleza

José Liberal de Castro*

O título da palestra – *Transformações no centro de Fortaleza*, realizada no Auditório Pompeu Sobrinho, em 1 de outubro de 2015, integrante do programa *Outubro Cultural*, foi proposto pela geógrafa professora doutora Maria Clélia Lustosa Costa, sócia efetiva do Instituto do Ceará. Ao procurar desenvolver o tema, o palestrante, arquiteto de ofício, entendeu que se o título, por um lado, subentendia transformações materiais verificadas no centro urbano fortalezense, por outro, não as delimitava nem física nem temporalmente. Como as atuais dimensões da zona central da Cidade ocorreram por gradativa ocupação de áreas residenciais contíguas e como o centro expandido corresponde hoje praticamente à própria malha contínua da Cidade nos inícios do século XX, tal fato imporia um recuo cronológico para apreciação do tema.

Esclarecimento prévio necessário

As "transformações" urbanas, referidas no título da palestra, quaisquer que sejam ou onde quer que ocorram, pautam-se segundo dois aspectos diferentes e até conflitantes. Um grupo abrange as *transformações nos usos dos espaços urbanos*, enquanto o outro grupo reúne as *transformações físicas dos espaços urbanos*. Os usos quase sempre se modificam com rapidez, ao contrário dos espaços, que se mantêm imutáveis por tempo prolongado. Como, nas mais das vezes, os espaços disponíveis não podem atender às demandas dos novos usos, surgem dificuldades sem soluções compatíveis, de que resultam a perturbação e a degradação dos ambientes.

Os problemas nos espaços fortalezenses, nascidos das dificuldades de atendimento a novos usos, surgiram nas últimas décadas do século XIX, aparentemente resolvidos com a ocupação das áreas públicas (praças).

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Rápida observação da planta da Cidade levantada em 1888, que corresponde ao atual centro expandido, comprova não haver ali ocorrido, desde então, qualquer intervenção física que pudesse ser incluída no capitulo das "transformações" materiais. Já mais à frente, na década de 1930 e anos subseqüentes, até 1960, os três planos urbanísticos, elaborados na ocasião, consideraram os problemas nascidos de solicitações não atendidas, os quais deveriam ser enfrentados com proposições de cirurgias urbanas, alargamentos progressivos ou com a utilização reformulada de espaços pouco requisitados, oferecidos para novos usos. Infelizmente, nenhuma das proposições constantes dos planos foi acatada.

Como comprovante de imobilidade na estrutura urbana fortalezense, basta recorrer a uma vista aérea da Cidade, fotografia tomada na década de 1970, em que se vê o centro da cidade praticamente com a mesma aparência física atual, modificada apenas com a posterior construção de talvez mais três prédios altos e na destruição de uma obra pública, cujas atividades foram removidas para ponto longínquo. **(Figura 1)**.

Ante a evidência dos fatos e preso às suas competências de oficio, nada restaria ao palestrante, salvo agradecer e renunciar ao convite, provocando decepção à amiga professora geógrafa. De comum acordo, porém, ficou decidido que a palestra, sem esquecer o título original, derivaria para considerações amplas sobre *forma urbana*, externadas segundo dois enfoques, isto é, comentários gerais sobre a matéria e observações específicas sobre a cidade da Fortaleza.

O primeiro dos enfoques, como dito, trataria da história de determinadas formas urbanas, inseridas em um quadro cronológico e geográfico de arco dilatado e acompanhadas pela consequente busca de definições respectivas. Sob este aspecto, portanto, seriam examinadas algumas proposições urbanas, moldadas consoante determinados tipos de organização física de procedência milenar. O enfoque apreciaria, assim, tipologias urbanas que se ajustaram ou se superpuseram espacialmente no fluir do tempo, sob pressão de novos estímulos e novas solicitações, tantas vezes aflorados no traçado das cidades européias e estendidos às Américas (e, portanto, ao Brasil).

O segundo momento da exposição ficaria voltado para a capital cearense, especialmente para sua forma urbana, desenvolvida, desde suas origens e em fases sucessivas, segundo determinados tipos de organização física, embora expressos consoante a compreensão lusitana de um processo formulado no transcorrer de prolongadas eras e também vinculado a procedências culturais e históricas milenares diversas.

Considerações externadas na palestra

O presente texto pretende oferecer um resumo das considerações verbais expendidas por ocasião da palestra, então ilustradas com a exibição paralela de *slides* pertinentes, ou melhor, apresentada por meio de imagens e textos, estes reduzidos e específicos. A palestra, efetuada no auditório do Instituto do Ceará, cabe lembrar, prendia-se a um ciclo de debates relativos ao tema, programado pelo Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará e aberto a estudantes universitários de Arquitetura e Urbanismo. Como o projeto não se consumou, a realização do evento no Instituto do Ceará constituiu uma tentativa de substituir, no possível, o malogro do ciclo de debates universitários. A presente inclusão da matéria respectiva neste número da Revista do Instituto do Ceará deve ser considerada como uma tentativa de divulgação dos intentos não consumados, embora ilustrada com uma lista mínima de figuras.

Quanto ao trabalho agora publicado, o autor pede desculpas por não ter conseguido desvencilhar-se da programação original do evento, que traía, em sua origem, certa intenção didática, uma vez que fora preparado para público universitário restrito. Ante a hipótese de que, em face da premência de tempo oferecido à explanação do tema, boa parte seria cancelada, o palestrante cuidou de divulgar previamente tudo o que pretendia apresentar, todavia, limitado ao essencial, além de expresso em linguagem deliberadamente sucinta, às vezes, telegráfica. O texto busca, portanto, reproduzir o ocorrido, embora o desenvolvimento do tema se haja diminuído praticamente à metade do previsto. Por tal razão, o título da palestra - *Problemas atuais no centro da cidade*, restrito apenas ao item 6.3, foi considerado laconicamente, à guisa de encerramento.

Não obstante, cabe assinalar que partes da matéria ora apresentada bem como do trecho final, que teve seu desenvolvimento omitido, já foram tratadas incidentalmente em trabalhos publicados pelo autor na Revista do Instituto do Ceará, cujos volumes se encontram disponibilizados por via eletrônica. Deste modo, no texto, na procura de superar o impasse, incluíram-se referências a artigos do autor que se relacionam com as supressões impostas pelas regras de editoração da Revista.

Como já se assinalou, o artigo consta de duas partes. A primeira, dedicada às cidades, em geral. A segunda, alusiva à cidade da Fortaleza, apreciada na história da sua evolução urbana, dos seus traçados, até o começo do século XX e, de certo modo, à fase atual.

AS CIDADES

Embora os assentamentos urbanos sejam milenares, pois há vestígios arqueológicos que remontam a 5000 a.C., as ponderações ora apresentadas recuam às cidades nascidas ou desenvolvidas no período final da Idade Média, presas ao restabelecimento das rotas de comércio e já animadas por um capitalismo em fase inicial de afirmação. Algumas dessas cidades eram recentes, mas, em bom número, constituíam estabelecimentos antigos, reativados pelas ações da burguesia nascente. No processo de revitalização urbana, a nova classe aproveitava fundações antigas, para o que contava com a associação dos próprios senhores feudais, donos das terras que a nova classe passava a ocupar, ou áreas que tinham obtido dos proprietários, por concessão. Houve também casos de domínio conseguido por meio de conquista bélica, com ajuda de tropas mercenárias contratadas.

Figura 1. *Fortaleza.* Nelson Figueiredo Bezerra. Fotografia aérea da zona central, c. 1970. (in BEZERRA, 2012, p. 66).

Faz-se esta advertência a fim de esclarecer que, no texto, a inserção do exame de tópicos aparentemente dispersos ou desconexos, ao fim e ao cabo, todos se interligam de modo direto ou indireto. Não se deve esquecer de que as cidades do Novo Mundo reproduzem modelos fixados na Idade Média ou nos primórdios do Renascimento, criações ultramarinas adaptadas às mutações em curso, como o atesta o caso brasileiro.

1. A cidade – generalidades e definições.

Considerações que se seguem sobre o vocábulo *cidade*, – tratam das origens da palavra e dos modos pelos quais a palavra é entendida, tanto em acepção ampla - pela população, como de modo restrito - nos meios instruídos; neste caso, com referências curtas a aspectos materiais e imateriais da cidade. Também apresenta paralelamente definições de cidade, que destacam a urbanização como um fenômeno social amparado em bases econômicas.

1.1. Cidade - a maior criação humana.

A vida urbana, ao favorecer o intercurso social, econômico, científico e artístico ao longo do tempo, promoveu uma contínua sequência de incontáveis realizações materiais e imateriais em benefício do gênero humano, embora, algumas vezes, em seu desfavor. Por outro lado, o mundo rural, conquanto produzisse as fontes de manutenção das cidades, deparava limitações consequentes à dispersão demográfica e às dificuldades de participar de atividades alheias ao seu quotidiano. Por tais razões, diz-se que a cidade é a maior das criações humanas, porque centro de criação das demais realizações.

1.2. Convivência e entendimento da cidade

A cidade, instituição material e imaterial,

- é entendida de modos múltiplos por sua população: cada habitante tem sua opinião pessoal sobre a cidade.
- é entendida com visões específicas por aqueles que com ela convivem profissionalmente e/ou aqueles que a estudam de modo sistemático, tais como, entre outros -

- geógrafos, historiadores, sociólogos, economistas, demógrafos, juristas, estatísticos, antropólogos culturais, arqueólogos, sanitaristas, políticos, administradores, engenheiros, arquitetos e urbanistas.

O autor deste artigo procura sempre optar por uma compreensão ampla da matéria, ainda que, aqui e ali, não consiga desvencilhar-se de todo do viés profissional de arquiteto e urbanista.

1.3. Definições de cidade

Que é uma cidade? Segundo a legislação brasileira, *cidades são todas as aglomerações populacionais sedes de municípios.* Assim, tanto São Paulo é cidade como também o é qualquer grupamento humano perdido no interior do País, desde que seja sede de município... **(01)**

(01). Em terras lusitanas, prevalece definição parecida: *Em Portugal "cidade" refere-se a um aglomerado que, a dada altura,* [foi] *elevado a esta categoria por uma entidade político-administrativa (Rei ou Parlamento).* (SALGUEIRO, 1992, p. 19).

Várias são as definições de cidade, amplas ou limitadas, convergentes ou divergentes. O palestrante decidiu-se por uma daquelas oferecidas por enciclopédias, preferida por seu caráter genérico, comum àquele gênero de publicações:

> *Cidade é um complexo demográfico social e econômico de formação diacrônica que se traduz espacialmente por uma concentração de população exclusivamente dedicada (ou quase) às atividades industriais e, sobretudo, terciárias (comerciais e serviços), materializada com equipamentos destinados à moradia, ao trabalho, ao lazer e à circulação*. (LAROUSSE CULTURAL, 1990, v. 1/6, p. 1401).

A essa definição de cidade, como se verá, também se juntam outras, semelhantes, aproximadas ou antagônicas, que procuram estudar as origens das organizações urbanas modernas, implantadas no continente europeu ou dele transplantadas.

Max Weber

Apesar de genérica, ainda assim, o autor admite que aquela definição, há pouco tomada de uma enciclopédia, mostra certa inclinação de provável cunho weberiano. Para Max Weber (1864-1920),

> *Economicamente, a cidade é definida como uma concentração de habitantes que vivem pecuniariamente dos negócios e do comércio, em vez da agricultura. Assim, desejamos falar de "cidade" somente nos casos em que seus habitantes satisfazem uma parte substancial de suas necessidades econômicas diárias no mercado local (...) e recorrem à produção trazida do interior próximo para venda no mercado ou adquirida de outros modos. No sentido ora empregado, a cidade é um local de mercado.* (WEBER, 1958, p. 66-67).

A definição foi selecionada para eventual ajuda a pontos de vista defendidos pelo autor no exame dos primeiros passos da afirmação urbana fortalezense. O pensamento de Weber, porém, não é excludente, pois examina várias modalidades de organização urbana, segundo categorias configuradas no que denomina a *cidade ideal-tipo*, com suas funções específicas. No caso em vertente, referido à cidade medieval - origem da cidade ocidental contemporânea, leva em conta a autonomia inicial dos assentamentos urbanos, constituídos materialmente pela sede do poder, esta cercada por habitações e pelo comércio, com atividades dirigidas para uma economia de mercado (serviços). No processo, conforme as circunstâncias, o predomínio de produtores, consumidores ou comerciantes de grosso trato provocará o aparecimento de outros "tipos" urbanos.

De qualquer modo, em diferentes apreciações alusivas ao valor conferido à autonomia desfrutada pela cidade medieval, sempre se deve ter em conta que esta foi gradativamente perdida em consequência da ascensão do predomínio real, cujo poder alcançou o auge nos tempos do Absolutismo. **(02)**

02. Como parênteses antecipado, também se diga que, bem ao contrário do que então ocorria em outras regiões europeias, a cidade medieval portuguesa não nasceu autônoma, mas dependente de concessões do poder real, efetuadas durante e após a Reconquista do território ocupado pelos mouros. Herdado pelo Brasil, o sistema de centralização de poder teve forte repercussão política, econômica e social ao longo do tempo.

Henri Pirenne

Se Weber transitou por outros compartimentos da história e da sociologia e aprecia a matéria com variáveis, Henri Pirenne (1862-1935), historiador belga, dedicou-se praticamente ao período medieval. Assim,

no estudo do processo de urbanização verificado na Idade Média, define a cidade como uma organização municipal que comanda um centro de exercício de atividades comerciais, praticadas por burgueses.

Os conceitos de Pirenne, pertinentes ao tempo transcorrido entre o fim do império romano e a formação do medievo, obtiveram extraordinária repercussão nas primeiras décadas do século XX, todavia, contestados posteriormente por suas generalizações. No caso da expansão do comércio, tomado como uma fonte exclusiva de urbanização, Pirenne quase sempre exemplifica amparado na análise das cidades flamengas, conceitos posteriormente ampliados à formação das cidades na Idade Média em diferentes pontos da Europa.

A propósito de cidades medievais, portanto, Pirenne vê a cidade unicamente como um centro de exercício do comércio. Conquanto admita variadas modalidades de estabelecimentos humanos, tidos como cidades por muitos analistas, somente reconhece, como tal, aquelas formações que atendam aos seus conceitos. A posição do historiador torna-se clara quando formula perguntas, a que ele próprio responde:

> *Existiram cidades no meio da civilização de base essencialmente agrícola, em que se tornou a da Europa no decurso do século IX? A resposta a esta pergunta depende do sentido que se dá à palavra "cidade". Se se chama assim a uma localidade cuja população, em vez de viver do trabalho da terra, se consagra ao exercício do comércio e da indústria, será preciso responder que não.* (PIRENNE, 1971, p. 49)

Outros entendimentos

Na verdade, todo um grupo de definições de cidade procura identificar atividades que seriam realmente próprias do meio urbano, as quais, de nenhum modo, se confundem com a vida rural. Consoante tal juízo, as cidades constituiriam atividades de aglomerações humanas onde não se exercem tarefas rurais. Em outras palavras, as atividades terciárias avultariam como aquelas que marcam inconfundivelmente a vida urbana. Já as atividades industriais, denominadas secundárias, fato histórico recente, sem dúvida assumem destacada importância em muitas organizações urbanas, mas nenhuma cidade pode dispensar os seus setores de serviços. A recíproca, entretanto, não é verdadeira, pois cidades há, sedes de funções administrativas hegemônicas, que desconhecem as atividades

industriais (Brasília, Washington e quase todas as capitais de estados norte-americanos).

As relações entre economia e cidade, ponto de discórdia com o pensamento de Pirenne, não são aceitas pacificamente por todos. Os marxistas, conquanto voltados para a economia, ao considerarem a terra urbana como mercadoria, enveredam por outros caminhos. Inúmeros pensadores ofereceram diferentes conceitos de cidade no fluir do século XX, despertando ampla discussão, nomeadamente em sua segunda metade. Georg Simmel (1858-1918), patrício de Weber, opõe-se às definições que privilegiam a economia e assim se expressa, valorizando outras facetas da condição humana:

> *A cidade é um fato cultural, um caldeirão de impressões, de sentimentos, de desejos e frustrações. A cidade, por conseguinte, reúne detalhes preciosos sobre o real, não sendo apenas um aglomerado onde as pessoas fazem trocas de comércio.* (apud RAMINELLI, 1997, p. 195).

Esta última linha de conceitos, com suas considerações e valores, atrai historiadores, sociólogos, antropólogos culturais, cientistas políticos e também intelectuais de tendências várias, poetas, cronistas, romancistas, memorialistas.

1.4. Ainda sobre cidades

A cidade, como se depreende das definições, ora explicitadas ou, às vezes, implícitas, quaisquer que sejam, conta com duas faces que se interpenetram, que se imbricam. Compõe-se de *uma face material*, formada por edifícios, ruas, praças, parques e de *uma face institucional*, pertinente à vida de seus habitantes.

Por força de sua formação profissional, a primeira das subdivisões atrai compreensivelmente certas preferências do autor, embora entenda a urbanização como um fenômeno social.

Para frisar essa dualidade com que a cidade se apresenta, os romanos contavam com dois vocábulos distintos - *civitas* e *urbs*.

Civitas, civitatis, f. - significava a cidade institucional, as imaterialidades, o conjunto de leis que regiam a vida da população, ordenando o convívio social. O vocábulo constitui a origem dos cognatos - cidadão, cidadania, civismo, civilidade, civilização. De *civitates* (acus. pl.) procede a palavra portuguesa *cidade*.

Urbs, urbis, f. - significava a cidade material, seus espaços, com vazios e cheios (estes formados pela arquitetura). Constitui a origem dos cognatos – urbe, urbano, urbanizar, urbanização, urbanismo, urbanista.

2. A *forma urbis* e funções urbanas

A *forma urbis*, i.e. a forma da cidade, tema ora desenvolvido, traduz-se pelo emprego continuado de padrões milenares, quer dizer, e pela permanência dos traçados das cidades, mantidos através do tempo. O assunto, de interesse direto de arquitetos e urbanistas, pede observações específicas, decorrentes da materialidade das estruturas urbanas, embora postas a serviço das mutabilidades da história.

A forma urbana, cabe evidenciar, correlaciona-se diretamente com o *sítio urbano* onde se assenta, o qual se inter-relaciona de modo particular com o relevo do solo. As *funções urbanas*, por sua vez, adaptam-se às condições oferecidas pelo sítio urbano, tantas vezes modificado por intervenções humanas, a fim de atender às demandas de uso reclamadas pela população.

2.1. Sítio urbano:

A referência anteriormente feita a *sitios urbanos* pede complementação por via de melhores esclarecimentos:

> *Entende-se por sítio de uma aglomeração urbana, o local sobre a qual está assentada. Vários são os aspectos a considerar na caracterização dos sítios do povoado: natureza do solo, relevo, fontes d'água para consumo, cursos ou massas d'água etc. O relevo, sobretudo, irá influenciar sobre a aparência dos edifícios e sobre o traçado.* (REIS, 1968, p. 124).

Essa matéria será tratada mais à frente, de modo direto ou indireto, em considerações sobre a escolha de sítios urbanos praticada pelos colonizadores portugueses no Brasil, em particular no que respeita à capital cearense.

2.2. Funções urbanas

As funções urbanas, em tese, proporcionam a integração da face material com a face institucional das cidades. Quando tal não ocorre satisfatoriamente, surgem os problemas que tanto afligem as formações urbanas.

O interesse por definições de funções urbanas preocupou os urbanistas contemporâneos desde os anos iniciais do século XX. Em 1933, quando da realização do 10º *Congresso Internacional de Arquitetura Moderna*, o CIAM X, ocorrido em Atenas, prevaleceram propostas segundo as quais as funções urbanas ficaram correlacionadas às atividades de *trabalho*, *moradia*, *lazer* e *circulação*. A última dessas funções constituía um modo de interligação das três primeiras funções.

O CIAM X defendeu os fundamentos do pensamento racional funcionalista aplicados à cidade e à Arquitetura. Em conseqüência, aquelas três primeiras funções urbanas deveriam ser agregadas em áreas específicas, atendidas de per si, solução que se mostra muito clara no plano de Brasília.

As Diretrizes preconizadas pelo CIAM X refletiam certo sentido mecanicista na apreciação do funcionamento da cidade, com formulações ora nascidas de inquietudes decorrentes do agravamento de problemas deflagrados após a Primeira Grande Guerra, ora provocadas pelas consequências da depressão econômica de 1929. Insistiam na aplicação de um sistema de zoneamento (de usos) rígido, definido previamente, a fim de evitar as transgressões ao zoneamento natural. **(03)**

03. O zoneamento natural tornou-se reconhecido por lei em alguns países, após famoso julgamento de um processo na cidade americana de Cleveland, no início do século XX, pertinente à proibição de usos contra-indicados em certos espaços urbanos.

Na segunda metade do século XX, depois da Segunda Grande Guerra, diante do surgimento de novos problemas urbanos, muitas recomendações do CIAM X têm sido discutidas e até contestadas.

2.3. Traçado urbano

A cidade física, a *urbs* dos romanos, já referida, compõe-se de cheios e vazios. Os cheios correspondem aos edifícios, com seus usos diversificados e, particularmente, às moradas. Os vazios são formados por praças, parques, ruas, avenidas. Esses elementos constituintes atendem às suas respectivas funções urbanas. A interligação dos elementos que geram e atendem às funções urbanas compete aos sistemas viários, refletidos no traçado urbano.

Habitualmente, diz-se que os traçados urbanos se dividem em *espontâneos* e *artificiais*. Essas denominações não satisfazem, pois nenhum

traçado é totalmente espontâneo e nem inteiramente artificial. Sempre há induções. Talvez melhor coubessem menções a *traçados irregulares* e *traçados regulares*, expressos ora com desenhos singelos, ora traduzidos com sistemas complexos, por vezes, bastante complicados.

A propósito, como já referido, em seu desenvolvimento material, a cidade da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção conheceu determinados tipos de traçados urbanos, adaptados a seu sítio urbano e às suas fases de expansão, traçados todos de origem milenar.

2.3.1. A linearidade

A linearidade, entendida como o mais simples tipo de traçado urbano, aparece em pequenas aglomerações nascidas ao longo de um caminho. Há de ter sido a mais antiga forma de organização física das cidades. Não figuraria rigorosamente como um sistema de traçado urbano, resumida que fica a uma linha, embora indutora de curtas intercessões.

Trechos urbanos com linearidade participaram do processo de ocupação e expansão de várias cidades brasileiras, ainda hoje perceptíveis em muitas delas. Como exemplo, vale considerar a zona sul do Rio de Janeiro e também trechos de Salvador. No Ceará, pedem menção as reminiscências da rua inicial, única, marcante no Aracati e no Icó, a "Rua Grande" **(Figura 2)**, bem como pede menção o primeiro risco de expansão da pequena vila do Forte, ou melhor, a sequência - rua da Ponte / rua Debaixo, até as proximidades da lagoa do Garrote (hoje, Avenidas Alberto Nepomuceno / Conde d'Eu / Sena Madureira / Parque da Liberdade).

2.3.2. Irregularidade

A irregularidade constitui o sinal visível da forma urbana dos estabelecimentos ditos espontâneos (ou também chamados orgânicos), geralmente marcados por forte densidade populacional e identificados por sistema viário confuso. Em muitos casos, o recurso à "desordem" física procedeu da intenção de utilizá-la como sistema de defesa, por meio do aumento das dificuldades na circulação interna, impedindo as invasões. As cidades com traçado irregular caracterizaram a urbanização medieval, cercadas de muralhas defensivas verticalizadas, estas substituídas posteriormente por defesas com baluartes horizontalizadas, erguidas para enfrentar as armas de fogo, já difundidas no século XIV. Esses contornos fortificados foram quase todos demolidos no século XIX, transformados em circuitos viários, lançados à volta do núcleo antigo. [04] **(Figura 3)**

04. A irregularidade dos traçados urbanos muitas vezes aparece mencionada como amorfia - a falta de forma, ou assimetria - a falta de medidas ou, melhor dito, o desencontro, a não obediência a eixos referenciais norteadores. Quanto à palavra *simetria*, isto é, as relações visuais apreendidas *com medida*, era empregada na arquitetura grega, no entanto, numa acepção diferente do uso atual. Buscava, não o equilíbrio geométrico ou físico das partes, mas uma razão estética entre as partes.

De modo amplo, os traçados das nossas favelas pautam-se por irregularidade no traçado, além de apresentarem forte densidade de população. Correlacionam-se com apropriações espaciais coletivas, nascidas de iniciativas individuais, regidas pelas circunstâncias, o que significa dizer, alheias às determinações institucionais de ordenação espacial.

2.3.3. Traçado rádio-concêntrico, também dito radial-perimetral

As cidades de traçado rádio-concêntrico caracterizam-se por um núcleo central de onde se irradiam ruas de ligação com os bairros que o contornam, inicialmente caminhos de penetração em rumo do interior. O preenchimento gradativo dos espaços vazios, entre os tentáculos, induziu a abertura de vias concêntricas sucessivas, com o objetivo de facilitar o acesso entre os bairros.

Nas cidades europeias medievais, a posterior expansão urbana, como se disse, eliminou o circuito defensivo amuralhado, substituído por novos espaços de interligação. O antigo contorno urbano contava com portas de saída das vias que procediam do centro e demandavam o exterior, quando se transformavam em estradas. Fora e junto das portas, portanto, surgiam vazios espaciais, destinados a receber aqueles que buscavam a cidade, quase sempre acompanhados de animais e cargas, razão por que tinham o acesso temporariamente interposto por segurança ou para pagamento de tributos. Demolidas as muralhas, prática usual no século XIX, esses espaços abertos se transformaram em pontos de convergência urbana, vazios aproveitados com variadas finalidades. **(Figura 3).**

Nas organizações urbanas de traçado radial-perimetral, observam-se com mais nitidez as separações espaciais, marcadas por um *centro*, rodeado de *bairros*. **(05)** As tipologias arquitetônicas residenciais formam os bairros de morada, mas nem sempre repetidas nas partes centrais.

05. Em termos de nomenclatura urbana, não se deve confundir *centro* com *bairro*. Centro (*kentron*, em gr. e *centrum* em lat.) é palavra que procede da geometria - o centro da circunferência, ponto de convergência radial na figura traçada e, por extensão, na malha urbana. Bairro é vocábulo de origem árabe que "significa cousa campestre, aldeaã, dezerta". (SOUSA, Frei Luís. LISBOA, 1789, p.75). Falar-se em "bairro do Centro", não faz sentido quando se levam em conta o étimo e as analogias espaciais.

No Brasil, em tempos passados, como o centro e as próprias cidades, ainda pequenas, não se distinguiam nos espaços e nos usos, permaneceram na fala popular locuções do tipo: "você esteve na cidade?"; "trabalho na cidade", frases ainda hoje correntes no Rio de Janeiro. Em alguns casos, o centro aparece referido com o próprio nome da cidade, qual se ouve em Vitória ou no Recife: "vou a Vitória; vou ao Recife", diz quem vive em bairros e busca o centro daquelas cidades. Às vezes, o centro é mencionado como o "Comércio", termo usual em Salvador da Bahia, para designar a parte comercial da Cidade Baixa, em oposição à Cidade Alta, setor administrativo. Na Fortaleza, pelo menos até meados do século XX, o centro era referido como "a rua": "andei adoentado, não tenho ido à rua". "Lá na rua, estava bem quente" **(06)**. Ou também: "vou à praça" (do Ferreira).

06. A acepção devia proceder dos tempos quando, na capital cearense, somente as ruas da parte residencial-comercial de mais valia social na cidade se mostravam pavimentadas, contrastando com o areal circundante, que cobria ampla superfície, embora já ocupada com moradas e usos complementares.

O sistema rádio-concêntrico, como inferido, parece remontar a velhas raízes estruturais pré-urbanas, pois a expansão física das cidades que o adotaram montou-se sobre os caminhos primitivos de ligação com o interior. No Brasil, os casos de São Paulo, Recife, Fortaleza, Curitiba, Porto Alegre e tantas outras cidades comprovam a hipótese. Nas cidades litorâneas ou, às vezes, naquelas crescidas às margens de cursos de água, o sistema rádio-concêntrico reduziu-se a uma meia circunferência (Recife, Fortaleza) ou apenas a um setor circular, como em Porto Alegre.

2.3.4. Traçados regulares.

Os traçados ditos regulares recorrem a formas geométricas regulares, geralmente expressas pelo quadrado e pelo retângulo. Nestes casos,

diz-se traçado ortogonal, isto é, com ângulos retos. É a modalidade usual nas implantações urbanas premeditadas, novas, ou nas ampliações urbanas (nos loteamentos). Em termos de origens mediterrâneas, esse antiquíssimo tipo de desenho urbano em quadrículas já aparecia empregado nas aglomerações destinadas a abrigar os milhares de trabalhadores que construíam as pirâmides, no Egito. (07)

07. No Egito, o emprego de formas regulares refletia a adaptação do sistema de marcação dos limites das propriedades rurais localizadas nas margens do Nilo, inundadas pelas cheias do rio, cujo traçado, originalmente regular, tornava-se facilmente reconstituível. Assinala Saboya Ribeiro: "A representação hieroglífica das cidades [egípcias] consiste em uma coroa circular em cujo interior se traçam linhas ortogonais". (RIBEIRO, J. O. S., 1993, p. 31).

2.4. As cidades coloniais.

A palavra portuguesa *colônia*, idêntica em latim, procede do verbo *colo / colere*, que significa habitar, morar e, por extensão, cultivar. Entre os gregos e os romanos, designavam-se como colônias aqueles estabelecimentos implantados em locais distantes da metrópole, ocupados com população transferida e destinados a assegurar a expansão de limites territoriais. As colônias não devem ser confundidas com as feitorias, zonas de contato ou de trocas comerciais, nas mais das vezes sem permanência contínua.

Comentários sobre regularidade de traçados urbanos coloniais, opostos à espontaneidade dos traçados metropolitanos, serão tentados mais à frente. Em atendimento à sequência expositiva adotada, cabe, porém, antecipar rápidos comentários sobre versões de antigos traçados de cidades mediterrâneas, examinando inicialmente a cidade continental grega, contraposta aos estabelecimentos urbanos implantados nas colônias .

2.4.1. A cidade grega e a duplicidade vocabular – a *polis* e a *asty*.

Tal como no latim, a língua grega possuía dois vocábulos para significar cidade. Havia a *polis* e a *asty*. A *polis*, de certo modo lembrava a *civitas* romana, embora, na verdade, constituísse uma *cidade-estado*, espécie de ampla área (parecida com um município brasileiro), em que o povo – *demos*, isto é, a população ligada à origem da cidade, desfrutava de prerrogativas especiais, concedidas em troca de determinadas obrigações. A restante maioria dos habitantes da *polis* compunha-se de forasteiros, homens livres, radicados na cidade (*periecos* e *metecos*), regidos por leis

próprias, grupo a que se juntava o contingente numeroso de *escravos*, sujeitos sob várias situações.

O território da *polis* era composto pela *khora* e pela *asty*. A *khora* abrangia a gleba rural, o campo, a terra agricultável, enquanto a *asty* compreendia a cidade material (equivalia à *urbs* romana). A *asty*, por sua vez, dividia-se em três setores - a *asty*, propriamente dita, isto é, a zona comercial e habitacional, a *ágora*, quer dizer, o espaço amplo e continuo onde o povo (*demos*) se reunia para discutir os problemas da *polis* (em busca de formular a política) e, por fim, a *acrópole*, a cidade alta, a cidadela, a colina onde moravam os deuses, consagrada às práticas religiosas, em cujo cimo se erguiam templos. **(08)** De *polis* vêm política, polícia, metrópole (a cidade-mãe). A palavra *polis* aparece agregada a vários topônimos modernos de cidades e bairros (Petrópolis, Teresópolis, Anápolis etc).

08. Essa divisão espacial caracteriza a *cidade democrática*, mencionada na nota 9. Como se verá mais à frente, o termo "cidade em acrópole" tornou-se comum nas referências a cidades portuguesas e, por extensão, ao Brasil.

2.4.2. A cidade colonial grega.

Limitações territoriais e dificuldades de exploração do solo levaram os gregos a expandir suas áreas de ocupação de conformidade com decisões marcadas por duas fases – as feitorias e as colônias. **(09)** Objetivavam:

09. A referência é feita à cidade colonial grega. Quanto à cidade-mãe continental, alguns autores consideram duas fases: *a.* a cidade aristocrática, por sua vez dividida em cidade homérica (primitiva) e cidade oligárquica (divisão em classes por origem); b. a cidade democrática (comandada pela Assembléia do Povo). (GLOTZ, 1969, passim.).

a) Primeiramente, estabelecer feitorias (*emporion*) localizadas em pontos próximos ou distantes da Grécia continental, de início, no mar Mediterrâneo. As feitorias eram áreas cedidas em territórios estrangeiros, às vezes distantes, para o estabelecimento de pontos de trocas comerciais (observar a semelhança com os futuros processos lusitanos de expansão).

b) Posteriormente, estabelecer colônias (*apoikia*). Instados por força de suas limitações territoriais e também por permanentes dissensões internas, grupos de populações helênicas migraram para as costas da atual Turquia, no mar Egeu (Mileto, Éfeso) e para o sul da Itália (a Magna Grécia), dando origem a colônias, que se transformaram em poderosos focos de difusão da cultura grega. **(10)**

10. Os gregos diziam-se (e dizem-se) helenos. Sua pátria, a Hellas. Nos tempos das migrações, habitantes da Beócia se transferiram para o sul da Itália, onde ficaram conhecidos como gregos. Ao longo do tempo, o termo se generalizou, desde então designando todas as populações helênicas, no passado e no presente.

As novas cidades coloniais gregas foram implantadas com traçado rigorosamente ortogonal, embora desenhadas em condições de receber os mesmos equipamentos religiosos, culturais e políticos das cidades metropolitanas, estas, ao contrário, resolvidas com desenho absolutamente irregular. Para alguns estudiosos, a isotopia proporcionada pela quadricula, na qual todos ocupavam espaços semelhantes, teria relação com os conceitos de igualdade da fase democrática. **(Figura 4).**

2.4.3. A cidade colonial romana.

Os romanos, ao implantarem suas cidades coloniais, recorriam ao desenho regular, solução, aliás, completamente oposta ao traçado de Roma, confuso, espalhado sobre vales e colinas. A incansável procura de ampliação territorial remonta às primeiras épocas da história romana, logo efetivada com a gradativa expansão militar nas regiões vizinhas. Entre estas, a primeira e mais próxima era a ocupada pelos etruscos, povo supersticioso ao extremo, do qual os vencedores logo absorveram determinados traços culturais, como os ritos de implantação das cidades, marcados pela *in auguratio* (a inauguração), isto é, a consulta aos áugures, a busca de bons augúrios, enfim, a descoberta da justa orientação do assentamento. Na instalação da cidade, determinada a *limitatio*, traçavam um contorno, o *pomerium*, faixa sagrada, terra intocada, não edificável, que delimitava a futura *urbs*. Definido o espaço interno, este ficava secionado por uma via norte-sul, o *cardo*, e por outra via, leste-oeste, o *decumanus*, de acordo com a *orientatio* dos augúrios. No cruzamento ortogonal das duas vias instalava-se a tenda do general comandante, a qual, posteriormente substituída pelo *fórum*, direcionava a adoção da futura malha ortogonal da nova cidade. (HOMO, 1971, p.26).

Os territórios das colônias romanas excediam de muito a área das cidades, pois envolviam as próprias regiões ocupadas militarmente pelas legiões. Na expansão, aos habitantes das regiões invadidas e dominadas, eram apresentadas duas opções. Uma delas constava do convite à integra-

ção ao mundo romano, com aceitação da língua, da lei e da religião dos vencedores. O território tornava-se um *municipium*, com relativa liberdade de administração própria. Ante a recusa, aplicava-se a outra opção, traduzida por uma intervenção direta, pragmática: o território tornava-se uma *praefectura*, sob o comando de um *praefectus* romano. (11)

11. Curiosamente, mutações semânticas em vocábulos bimilenares, introduziram no Brasil a expressão *Prefeitura Municipal*, formada com termos antagônicos em suas origens...

Inúmeras cidades italianas mostram reminiscências do traçado romano de colonização (Florença, Turim, Verona, Lucca, Aosta, entre as mais famosas), traço que permanece em várias cidades espalhadas pela Europa Ocidental. (12) **(Figura 5)**

12. Na Inglaterra, muitas cidades nasceram de quarteis romanos - do *castrum* [*-a*], vocábulo que permanece na toponímia urbana sob a terminação *chester* (Chester, Manchester, Worchester, Colchester, Leicester). A cidade alemã de Colônia (*Köln*) preserva parte do longo topônimo primitivo, a *Colonia Claudia Ara Agrippinenense*, escolhido pelo imperador Cláudio em homenagem à sua terceira esposa, chamada Agrippina.

Em Portugal, mencione-se pelo menos a cidade de Braga (13), no Minho, na qual remanesce o traçado romano do *cardo* e do *decumanus*. No ponto de cruzamento das antigas vias cesáreas, já após a difusão do cristianismo, em lugar do *castrum* ou do *fórum*, ergueu-se a velha Sé, (14), cabeça da mais antiga diocese da península ibérica.

13. Braga era a *Bracara Augusta* dos romanos. *Bracara* é o primitivo topônimo celta, enquanto *Augusta*, homenageava o Imperador. Os nascidos em Braga são os bracarenses.

14.A toponímia celta permaneceu na Europa ocidental, usual na denominação de lugares e acidentes geográficos. Basta mencionar o radical *cale*/*gale*, mantido em *Portus/cale* (Portugal), *Calaecia* (Galícia), em *Gálias* (França), em País de *Gales* e em *Caledônia* (Escócia).

2.4.4. Cidades medievais planejadas em retícula

Embora, na época, as cidades medievais de formação "espontânea" (de origem "orgânica") apresentassem traçado irregular e confuso, houve

criação de novos estabelecimentos urbanos de pequenas dimensões, as *bastides*, projetadas com risco regular. Não constituíam propriamente cidades coloniais, tomado o termo em sua expressão estrita, mas nada impede de incluí-las neste item, pelos intentos que as ligavam à promoção do aumento territorial de governos monárquicos em várias países da Europa Ocidental. Foram mais numerosas na França, estabelecidas como pontos de apoio à expansão dos domínios reais no sul e sudoeste do país, muitas vezes efetivada com a ajuda dos burgueses, interessados na ampliação dessas áreas, em benefício de suas atividades comerciais. Algumas fundações, mantidas com relativa integridade, acham-se atualmente transformadas em atrações turísticas.

No mundo ibérico, houve também *bastides*, todavia, chamadas *vilas novas* e as *villas nuevas*, correlacionadas com a *Reconquista* do território peninsular aos mouros. Formavam pequenas aglomerações com traçado ortogonal, entretanto, marcadas por certa frouxidão no risco.

2.4.5. Cidades coloniais nas Américas

Espanhóis e ingleses, diferentemente do desenho de suas cidades metropolitanas, recorreram nas Américas ao traçado ortogonal, lançado em terreno plano, ainda que com divisão fundiária específica, consoante seus respectivos valores culturais e sistemas de organização político-administrativa.

As colônias inglesas quase sempre acolhiam populações calvinistas, emigradas para a América por motivos religiosos. Prevaleciam relações de forte entrosamento comunitário, conquanto exercidas em um clima de liberdades e respeito pela propriedade individual. **(Figura 6).**

As colônias espanholas tinham como dirigentes figuras prestigiosas dos altos escalões da nobreza de espada, cujo sistema hierárquico orientava a divisão do solo urbano. Embora ocorresse sorteio dos lotes, quanto mais elevada a posição aristocrática, tanto mais perto o titular se instalava dos espaços e dos símbolos arquitetônicos do poder (*Plaza Mayor,* palácios de *Virreys, de Gobernaciones, Cabildos*). **(Figura 7)**. Na divisão fundiária, prevaleceu o sistema de quadras doadas por inteiro ou divididas em duas, em quatro, em oito propriedades, com pátios internos, diferentemente dos lotes estreitos e dos quintais individuais brasileiros. [15]

15. Os pátios espanhóis tinham raízes no *atrium* e no *impluvium* da *domus*, a casa senhorial romana, refundidas posteriormente nos pátios andaluzes, de

origem mourisca. Nas colônias, constituíam, pois, tradições mediterrâneas trazidas para as Américas.

Apesar das claras diferenças nos sistemas de valores e organização social, econômica, política e religiosa em curso, conviria lembrar que, em ambos os casos, em ingleses e espanhóis, o intuito de distribuição (ou venda) das unidades de parcelamento do solo urbano e ocupação imediata com instalações físicas, incentivavam o parcelamento em retícula, principalmente porque, no caso, ingleses e espanhóis elegiam glebas planas, mais fácil de demarcar ou de negociar, se necessário.

***

O conjunto de vantagens práticas oferecidas explica a preferência pelos traçados em xadrez, como se vê, usuais no passado, desde eras remotas, em variadas situações e também ainda preferidos no parcelamento fundiário das cidades contemporâneas, em particular no Brasil.

3. Heranças portuguesas

Pequeno país localizado em ponto europeu extremo, Portugal constitui um dos mais antigos estados do Ocidente moderno. Formou-se durante a chamada Reconquista, consubstanciada na expulsão e reocupação dos territórios apossados por tropas e população mourisca islamizadas, vindas do norte da África. A adoção da religião, da língua e de traços culturais de origem arábica pelos invasores, além da presença de comandantes militares sírios, egípcios ou realmente árabes, fez com que esse longo período seja mencionado como os tempos de domínio árabe em terras hispânicas, embora os mouros tivessem origem bérbere, norte-africana.

Vale, contudo, lembrar que a península ibérica foi visitada e habitada por diferentes povos desde eras longínquas. As referências mais antigas recaem sobre os iberos, os quais, misturados com os povos celtas, formaram os celtiberos, divididos em grupos, entre os quais sobressaíam os lusitanos. Houve posterior presença de fenícios, gregos, cartagineses e, finalmente, a incorporação ao mundo latino (150 a.C.). A romanização verificou-se com rapidez, de tal modo que a Ibéria cedo se tornaria terra natal de imperadores. O Cristianismo, difundido em Roma, encontraria imediata acolhida peninsular e, posteriormente, ampla aceitação entre as levas de

invasores, os chamados bárbaros - alanos, vândalos, suevos e visigodos assimilados. Aos descendentes destes últimos, caberia importante papel na reconquista cristã dos territórios ocupados pelos mouros islamizados.

Todas essas fontes genéticas e culturais, mediterrâneas e ibéricas, absorvidas em um percurso histórico palmilhado por caminhos milenares, devem ser levadas em conta quando se examinam origens e comportamentos portugueses.

3.1. A expansão marítima portuguesa

Em Portugal, a retomada territorial pelos cristãos operou-se bem mais rápida do que no restante da península. Iniciada no norte montanhoso, alcançou o sul, o Algarve, no reinado de Afonso III, em volta de 1250, portanto, dois séculos e meio antes da expulsão definitiva de mouros, que ainda permaneceriam na Andaluzia, na Espanha, até o ano da descoberta da América. As terras reconquistadas foram cedidas pelos reis lusitanos aos seus comandantes vitoriosos, não obstante boa parte dos novos proprietários pouco se interessasse pelas fainas agrícolas. Como, em fins do século XIV, muitas dessas terras continuassem improdutivas, foram redistribuídas em sesmarias, isto é, doações reais àqueles que as quisessem cultivar. Na ocasião, haviam surgido dificuldades de abastecimento porque o grosso da população se concentrava no noroeste do país e em suas zonas litorâneas, ora ocupando pequenos aglomerados urbanos, ora em terras fatiadas em minifúndios, ou melhor, em glebas cedidas em enfiteuses e subenfiteuses. (RIBEIRO, 113, 1998). Forçados por conjuntura tão difícil, já em fins da primeira dinastia, nas tentativas de superar problemas, os portugueses davam partida à grande aventura marítima, inicialmente voltada para a pesca nos mares do Norte.

Os contatos com as regiões visitadas induziram aproveitar as viagens realizadas em busca de alimentos para desenvolver paralelamente um gradativo sistema de trocas, intermediando comércio entre terceiros. Os mercados de compra e venda logo alcançariam o norte da África, animando os desígnios da nova dinastia de Avis, cuja ascensão, em 1385, resultou da aliança estabelecida por interesses comuns com pequenas comunidades urbanas. A concentração de esforços de uma economia descapitalizada confluiu na criação da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo por D. Dinis, em 1319, na verdade, versão reformulada da antiga e extinta Ordem Militar dos Templários. [16] O direcionamento das áreas de exploração logo

se centraria no sentido da zona equatorial, traduzido pela instalação de feitorias nas costas da África Ocidental.

16. A Ordem de Cristo se tornaria o braço de apoio financeiro dos reis na expansão lusitana. A Cruz de Cristo, cruz grega, de braços iguais, serifados, símbolo da Ordem, percorreria os mares "nunca dantes navegados", aposta no velame das naus e caravelas portuguesas.

Na época, os produtos procedentes do Oriente Próximo e das terras remotas das Índias – topônimo genérico, que englobava a própria Índia, a China, a Malásia, a Indonésia e o Japão, eram disputados e vendidos na Europa por preços elevados, em conseqüência de uma demanda insistente, posta em contraste com oferta de quantidades reduzidas, transportadas por terra em lombo de animais, além de sujeitas à ação de intermediários, à pilhagem e ao pagamento de impostos sucessivos.

As navegações portuguesas através do "mar oceano" proporcionariam a formação de um acervo de conhecimentos náuticos sistematizados, que estimularam o intento de manter contacto com as terras distantes do Oriente por via marítima. Os planos portugueses optaram por rotas que contornavam a África e cruzavam o oceano Índico, cujas águas, havia muito, eram percorridas por pilotos experientes. Os investimentos financeiros, técnicos e humanos mostravam-se elevados, mas redundariam em ganhos incalculáveis. Explica-se assim a paciente porfia lusitana, finalmente consumada no sucesso da viagem de Vasco da Gama.

3.2. O Brasil

A presença dos portugueses no Brasil, atribuída à casualidade da descoberta cabralina, é matéria rejeitada por muitos historiadores, tantos são os fatos e os argumentos em contrário.

Quaisquer que sejam as versões, manter a posse do Brasil configurou-se um problema para Portugal, pois, a terra desconhecida, embora mais perto da Europa do que as Índias, era vasta e não mostrava riquezas à vista. Em contraposição, o comércio com o Oriente prosperava, ensejando lucros fabulosos, que transformavam Lisboa em cidade rica e famosa.

Os desígnios portugueses de manutenção do domínio das novas terras americanas contavam com poucos meios, restritos à ocasional circulação de navios ditos de "guarda-costa", armados com o fito de evitar a invasão de terceiros. Essas operações favoreciam ampliar o conhecimento

do litoral brasileiro aos poucos, permitindo, aqui e ali, transladar em mapas, os pontos de interesse à visita e à permanência dos navios. Ao mesmo tempo, ofereciam oportunidades para estabelecer contato com os nativos e explorar o escambo da ibirapitanga, a madeira vermelha dos índios – o pau-brasil, vendido na Europa como corante.

Nesse quadro instável, nem a ação militar nem os parcos rendimentos dos negócios do pau-brasil podiam garantir a posse da terra, rondada por olhos poderosos. O Brasil não prenunciava, como a Índia, oferecer uma variedade de produtos para negociar e nem, como na América espanhola, havia fabulosas riquezas minerais por explorar. Mais de três décadas após a descoberta, chegava-se à dura conclusão de que nova terra somente poderia ser retida em mãos lusitanas se passasse a receber gente do Reino, em busca de ocupá-la.

Surgem, portanto, as primeiras tentativas experimentais de fixação em meio desconhecido, efetivadas à guisa de pequenas feitorias, mantidas com economia de subsistência. Os empreendimentos, contudo, ficavam restritos à costa oriental do País, pois a chamada costa "leste-oeste", onde se situava o Ceará, teria de esperar por um século para entrar nos circuitos de inclusão. Nas faixas litorâneas da face oriental brasileira, as terras de "massapê", ocupadas por matas (a "mata atlântica"), logo se revelariam propícias ao cultivo da cana de açúcar, permitindo a implantação de uma agroindústria já conhecida no sul da Itália e desenvolvida na Ilha da Madeira, embora com produção limitada. (17)

17. O açúcar, vocábulo originário do sânscrito, divulgado por via indiana, avultava como um daqueles produtos do Oriente, difundidos na Europa após as Cruzadas, que vinham substituir os raros tipos de adoçantes então consumidos. Sempre em aumento, a procura internacional pelo açúcar incentivaria a produção brasileira, transformada em sustentáculo da economia nacional, desde então e ainda nos tempos recentes.

3.2.1. Nascimento da vida urbana

Dificuldades logísticas de manutenção das atividades na Índia em ritmo intenso, aliadas à cobiça de outros povos europeus mais potentes, fizeram com que o governo português se dedicasse ao Brasil. Explicam-se, por tais razões, certas medidas administrativas expedidas pelos reis lusitanos ao longo do século XVI, tais como a criação de capitanias hereditárias e, logo depois, a instalação de um Governo Geral, com sede em

Salvador. Assim, paralelamente à expansão agrícola, inicia-se aos poucos a formação de uma rede urbana no País, no princípio, rarefeita, dispersa e débil, da qual participaria a capital cearense em dias mais à frente, matéria de interesse deste trabalho.

3.3. A cidade colonial portuguesa.

Os contatos dos portugueses com o Brasil, por várias e conhecidas razões, conheceram uma fase primeira, que redundou na implantação de um sistema de feitorias, espécie de rede de estabelecimentos experimentais programados para contactos com a terra. Diversamente de gregos e romanos, na antiguidade, e de outros povos modernos europeus nas Américas, os portugueses, orientados por vínculos culturais enraizados em suas origens, quando se decidiram fixar no Brasil, optariam pela adoção de sítios e formas urbanas diferentes dos demais colonizadores. Recorreriam o experimentalismo na escolha dos sítios urbanos, optariam pelas implantações em acrópole e demonstrariam pouco interesse inicial por traçados ortogonais, aliás, esgarçados e descontínuos, em decorrência do relevo do solo, por vezes acidentado.

3.3.1. O experimentalismo.

No capítulo dos estudos dos modos de ação colonizadora dos portugueses, diferentes de outros povos, autores interessados no exame dos processos de localização dos antigos estabelecimentos lusitanos no Brasil reconhecem o recurso do emprego de sistemas experimentais na escolha definitiva dos sítios urbanos. Os sítios, tanto escolhidos ou como de possível opção, cabe ressaltar, sempre se situavam em uma determinada localização geográfica. A preferência definitiva ficava antecedida pela observação de outros sítios, todos situados naquela mesma posição geográfica de interesse. Eis como, a propósito, assim se expressa José Pessoa, arquiteto brasileiro:

> *A escolha do sítio no território desconhecido enseja um processo de experimentalismo onde vilas são abandonadas parcial ou integralmente, em função de local mais adequado.* (PESSOA, 2000, p.72).

Em favor dessa observação, bastaria alinhar exemplos representativos de escolhas experimentais e posterior localização final observados em

várias cidades brasileiras no século XVI e ainda no século seguinte, tais como, ocorreu em Salvador, Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo, Fortaleza, por exemplo. As seguidas tentativas de localização tanto buscavam locais que atendessem à segurança contra invasores externos e ataques dos índios, como também procuravam eleger sítios onde os colonizadores pudessem desenvolver sua maneira peculiar de construir cidades. Assim, em favor do ponto desejado, os demais ficavam abandonados por estarem expostos a incursões de terceiros ou por terem o acesso marítimo inviabilizado. No Rio de Janeiro, as primeiras instalações ocorreram ao pé do morro da Cara de Cão, junto do Pão de Açúcar, em mar aberto, mas foram posteriormente removidas para o alto do morro do Castelo (hoje demolido), no interior da baía da Guanabara. Em Salvador, a chamada Vila Velha do Pereira [i.é., do donatário Francisco Pereira Coutinho], implantada ao nível do mar, perto da barra da baía de Todos os Santos, ficou substituída pela cidade de Tomé de Sousa, no alto de uma escarpa de sessenta metros de altura, no interior da baía. Em Vitória, de início (1535), Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo, optou pelo continente, perto da praia da Costa. Houve, porém, posterior mudança, em 1551, para a ilha de Vitória, junto do canal e no alto de uma elevação. Na capital cearense também ocorreu transferência semelhante, da Barra do Ceará para as proximidades da foz do Pajeú. Os pontos descartados nas tentativas de implantação tornaram-se posteriormente referidos como "vila velha" (topônimo remanescente em Fortaleza). [18]

18. Caso singular verificou-se em Vitória. Situada em uma ilha de pequenas dimensões, sua população em crescimento transbordou para o Continente, reocupando a antiga e desabitada "vila velha", hoje oficial e curiosamente denominada *Cidade* de *Vila* Velha, a mais populosa do Espírito Santo, maior do que a vizinha capital.

3.3.2. A cidade em acrópole: o sítio elevado

O vocábulo *acrópole* remete, como visto, ao trecho das cidades gregas que ocupava pontos elevados, proposição espacial que participa de uma tradição mediterrânea, com forte e inconfundível influência em uma tipologia urbana portuguesa, registrada na imagem de várias cidades, como Lisboa, Porto, Coimbra e tantas outras. **(Figuras 8, 9 e 10).** Essas raízes

remotas se uniriam a um passado menos distante, quer dizer, recorreriam aos sistemas de defesa em altura, comuns às cidades medievais, desvalorizados após o emprego das armas de fogo. Concepções de desenho urbano medieval, como se vê, permaneceriam no Reino, na verdade, alheias às inovações renascentistas de procedência italiana, chegadas a Portugal já sob a égide do maneirismo e adotadas, conquanto no campo da arquitetura, no reinado de D. João III e, com força maior, durante o mando dos reis espanhóis, entre 1580 e 1640.

A implantação urbana em sítio elevado, portanto, caracteriza inconfundivelmente a forma urbana da cidade portuguesa antiga. Deste modo, como esclarece Benedito de Toledo:

> *A escolha de um sítio elevado, dominando um estuário, bem como os dificultosos caminhos de terra foram uma das características das cidades portuguesas, levadas a todo o seu mundo colonial. / Como decorrência, a dualidade cidade-alta, cidade-baixa incorporou-se a uma forma de vida portuguesa (...).* (TOLEDO, 1983, v. 1, p.103).

Para Orlando Ribeiro (1911-1997), insigne geógrafo português, a duplicidade espacial, o binário *cidade alta / cidade baixa*, característico do mundo lusitano – metropolitano e colonial, reproduziria tradições mediterrâneas:

> *A mesma preocupação de defesa que vimos atuar na concentração de povoamento, aqui com mais forte razão, primou na escolha do sítio: lugar alto, acrópole, fortaleza, coração da vida urbana, residência dos deuses (...). Lugares, hoje reservados à curiosidade histórica, tiveram durante séculos a sua função coordenadora e defensiva. / A combinação de uma baía abrigada e de uma colina fragosa caracteriza as aglomerações litorais, que se podem contar entre as mais típicas do Mediterrâneo (...).* (RIBEIRO, 1998, p. 36).

Várias foram as versões luso-brasileiras da cidade em acrópole nos primeiros séculos, implantadas com maior ou menor elevação: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Olinda, Natal, João Pessoa, Fortaleza, São Luís, entre as mais importantes. As diferenças de nível e a dimensão das áreas inferiores não apenas variam nos exemplos, mas estão hoje muitas vezes diluídas e mascaradas na vasta amplidão das atuais cidades, algumas delas de porte metropolitano. **(Figuras 11 e 12)**

FORTALEZA

Conquanto o tempo seja contínuo e irreversível, nas apreciações do passado, prevaleceram propósitos de dividi-lo em eras, períodos, fases e outras divisões históricas. As formações de blocos cronológicos isolados são arbitrárias, embora sempre tentem englobar fatos e realizações que guardam entre si determinadas relações, materiais ou imateriais, observadas em períodos de longa ou curta duração, fases avaliadas por inteiro ou em subdivisões.

Estas considerações buscam situar, em que altura de sua trajetória temporal, um *paupérrimo povoado* perdido num areal infindo, agregado em torno de um forte desvalido, *se transformou em cidade*. Enfim, em que fase se constituiu em um aglomerado humano com características incontestavelmente urbanas, quer em sua aparência física, quer na vida de sua população. Para apreciação desse caminho secular, o autor sugere uma periodização composta de três fases –

1. uma fase pré-urbana (meados do século XVII - c. 1799);
2. uma fase protourbana (c. 1799 - c. 1850);
3. uma fase urbana (c. 1850 - 1875 / 1888 – até os dias atuais.

As indicações de marcos cronológicos referenciais são flutuantes, pois traduzem as dificuldades de determinar os limites temporais segundo critérios rígidos. Na periodização, prevaleceu a acolhida de definições de cidade, já expendidas no texto, formuladas em favor da valorização de funções urbanas características dos centros administrativos e comerciais.

Assim, por tais razões, considera-se *pré-urbana* a fase inicial, desprovida de funções urbanas evidentes, mero posto de defesa militar, misturadas com atividades agrícolas de subsistência. A segunda fase, dita *protourbana*, corresponde a um curto período de transição, que se prolonga à volta da metade do século XIX, durante o qual se iniciam o exercício de uma função administrativa, com amplitude regional, e o nascimento de uma função comercial explícita, voltada para o exterior. Essas duas funções se conjugariam para começo de um ciclo de atividades terciárias que despertariam, na população da vila, demonstrações de consciência urbana e expectativas consequentes. Por fim, observa-se uma terceira fase, já plenamente *urbana*, que se prolonga aos dias atuais, dividida em subfases.

A divisão nos três referidos períodos relaciona-se, talvez de modo simplista, com julgamentos weberianos, que examinam a "natureza da cidade", vista conforme seu "caráter econômico", considerada, portanto, como "um estabelecimento de habitantes que vivem primariamente do comércio, e não da agricultura". (WEBER, 1966, p. 65 – 66). A redução do texto infelizmente não permite considerar outros modos de julgamento, tomados de oponentes de Weber, os quais, de modo paralelo, também conduzem às mesmas conclusões.

4. Fase pré-urbana

As considerações concernentes à fase pré-urbana fortalezense reduzem-se à apreciação de alguns fatos sucessivos, não interligados, mas que favoreceram a escolha de -

(*a*). uma *determinada situação geográfica*;
(*b*). a qual permitiu a opção por um *determinado sítio*;
(c). o qual facilitou a realização de posteriores *intentos de fixação demográfica*, estabelecidos consoante *concepções portuguesas de implantação urbana*, nascidas de heranças culturais imbricadas em raízes ancestrais.

4.1. Potencialidades

No estudo do caso fortalezense, referências anteriormente feitas ao "experimentalismo" lusitano, empregado quando das decisões de fixação urbana, bem como à implantação dos estabelecimentos urbanos portugueses em acrópole pedem um exame específico das potencialidades locais, ora tentado.

4.1.1. O mar-oceano

Antes do emprego da energia a vapor, o transporte marítimo fazia-se com ajuda da ação dos ventos e das correntes oceânicas, portanto, à mercê dos elementos da natureza. Os viajantes que vinham da Europa, quando atingiam o Brasil, perto do ângulo formado pelo Rio Grande do Norte, deparavam uma divisão da corrente marítima em dois ramos. Um, conhecido como *Corrente do Brasil*, continuava pela costa oriental até o Rio de Janeiro, de onde tomava o rumo de Angola. O outro, chamado *Corrente*

Equatorial Norte, prosseguindo pela então chamada "costa leste-oeste", passava pelo Ceará, Maranhão e Pará, em demanda das Guianas e das Antilhas, de onde tomava a direção do norte.

Na costa leste brasileira, as viagens transcorriam conforme expectativas aceitáveis, porque os ventos, soprando em sentido proximamente oposto às correntes marítimas, favoreciam os trajetos de ida e de volta, por meio do recurso alternado das forças do ar ou das águas. O mesmo não se verificava na "costa leste-oeste", na qual se superpunham ventos e correntes, tangidos no mesmo sentido. Em certas épocas do ano, ganhavam impulso tão forte, que se ia do Ceará ao Maranhão rapidamente, enquanto, em outras ocasiões, o retorno se tornava difícil, com esperas de até dois meses. Explica-se assim o desinteresse lusitano em explorar a "costa leste-oeste", mantida em abandono durante todo o século XVI, tanto pelas dificuldades de retorno, mas também porque o litoral se apresentava recoberto, ora com areais infindos, marcados por dunas, ora com extensos mangues, obstáculos que inviabilizavam a introdução da agroindústria do açúcar, sustentáculo econômico da Colônia.

Apesar de tantos entraves, conviria lembrar que essas paragens eram visitadas pelos portugueses desde os primeiros anos, como o comprova a criação das capitanias hereditárias do Norte por D. João III, em 1535, entre as quais a do Ceará. Pela mesma costa, também passavam barcos espanhóis, em demanda do istmo do Panamá, onde se reuniam às frotas que rumavam diretamente a Sevilha, ou com escala em Havana, com os que vinham do México, a fim de levar a prata do Peru, esmeraldas da Colômbia e ouro mexicano. Outros povos atlânticos europeus - franceses, ingleses e holandeses, inconformados com a partilha papal da América, que não os beneficiara, utilizavam as mesmas rotas em busca das Antilhas, entretanto, com o objetivo de praticar ações de corso contra barcos espanhóis carregados de riquezas, ações aprovadas por seus governos. Navios franceses e ingleses continuariam ativos, mas a presença de holandeses, cabe registrar, sumiu rápida e definitivamente na segunda metade do século XVII, em decorrência da perda do poderio naval dos Países Baixos, contido por força das ações comerciais e bélicas decorrentes do primeiro *Act of Navigation*, promulgado pela Inglaterra em 1651, e atos sucessivos.

Como a "costa leste-oeste" nada de interessante podia oferecer, os navegantes estrangeiros que a velejavam não deixaram marcas físicas no território. Ainda assim, ao longo do século XVIII, embarcações com ban-

deiras de casas reais ou clandestinas apareciam na vila do Forte, quando, em troca de aguada e lenha, tentavam discretos negócios, contrabando que aproveitava a todos...

Essa digressão, concernente aos caprichos da natureza, tencionou comentar a aspetos do quadro geográfico em que viria a se assentar a capital cearense, acompanhadas de tentativas de fixação e afirmação, prosseguidas com o posterior enfrentamento vitorioso de dificuldades físicas e econômicas sucessivamente deparadas.

4.1.2. Incursões portuguesas

Esquecida a "costa leste-oeste" pelos portugueses durante um século, despertaram animado interesse em Pernambuco notícias da presença de franceses num lugar chamado Ceará, pois, ante a falta de atrativos da região, somente poderia ser motivada pela descoberta de riquezas minerais escondidas sob o solo.

Pero Coelho de Sousa

Embalado por tais suposições, o açoriano Pedro Coelho de Sousa, sob consentimento dos governadores de Pernambuco, com recursos próprios e ajuda de um cunhado rico, organizou uma incursão ao Ceará em 1603, com intuito de expulsar os franceses, procurar riquezas minerais e aprisionar índios. Afastou os invasores no rumo do Maranhão e procurou estabelecer-se à margem do rio Ceará, mas fatores adversos, entre os quais, desentendimentos promovidos por seu comportamento pessoal, fizeram com que Pero Coelho desistisse de seus projetos, encerrados com ocorrências trágicas, motivadas por uma seca, a primeira de que se tem conhecimento. [19]

19. Em 1608, chegam à Capitania, em missão catequética, talvez acrescida de outros intentos, dois jesuítas do Colégio da Bahia. A aventura, narrada por um dos padres, Luiz Figueira, na "Relação do Maranhão", o documento mais antigo da história do Ceará, registra o trucidamento de seu companheiro, o padre Francisco Pinto, pelos índios tocariús, na serra da Ibiapaba. Esses episódios lastimáveis não despertam, todavia, interesses em termos de urbanização.

Martim Soares Moreno

Repelidos do Ceará, os franceses dirigiram-se para o Maranhão, com manifesto desejo de permanência. Ante os fatos, em 1610, os governadores de Pernambuco decidiram organizar tropa no sentido de expulsá-los em definitivo. Como estratégia, resolveram concentrar o grosso da força no Ceará, a fim de transportá-la ao Maranhão, para uma arremetida final. Após chegada das tropas, foi organizado um destacamento precursor formado por índios que seguiu antecipadamente para o Maranhão, sob o comando de Martim Soares Moreno (Santiago do Cacém, 1585 – Lisboa, 1650?). Este, disfarçado de índio, deveria efetuar tarefas de observação prévia da ocupação francesa. Na ocasião, identificado pelos adversários, tentou regressar ao Ceará, mas foi levado pelas correntes marítimas à ilha de Santo Domingo, nas Antilhas, de onde, seguiu para Sevilha e finalmente alcançou Lisboa.

Martim já conhecia o Ceará, pois, com apenas dezoito anos, havia participado da incursão de Pero Coelho. Sobrinho de um governador de Pernambuco, viera para o Brasil adolescente, vivendo no Rio Grande do Norte integrado aos índios potiguaras, como se um deles fosse.

Quando da montagem da estratégia de expulsão dos franceses, ocorrida em 1615, era desejo do governador de Pernambuco que a base de operação para o assalto se instalasse mais adiante, no Paracuru. Moreno, conhecedor da região, preferiu construir uma defesa de emergência na margem direita do rio Ceará, perto da foz. Nas proximidades do local, erguera-se o precário forte de Pero Coelho, obra frágil, a qual, abandonada, desaparecera em menos de cinco anos.

A localização escolhida por Martim prendia-se a razões estratégicas, militares, pois a região do Ceará [20] ficava exatamente na metade da distância que separava a ilha do Maranhão da fortaleza dos Reis Magos, em Natal, então ponto mais avançado da ocupação portuguesa. Aceitar outro ponto poderia, ora favorecer, ora prejudicar, tanto o abastecimento como as ações de ataque. A opinião de Moreno, acatada, foi a primeira decisão em favor da escolha da *situação geográfica* em que viria a florescer a futura cidade da Fortaleza.

20. Por Ceará (Siará, Seará) se entendia a região que tinha como referência geográfica o rio Ceará. No século XVIII, tornou-se comum dividir a Capitania em três regiões – o Ceará, o Jaguaribe e o Acaracu.

Tempos depois, em 1621, Martim retornou ao Ceará, no posto de capitão-mor, por dez anos. Durante esse decênio, submeteu seu forte de São Sebastião a melhorias, e construiu uma capelinha em honra de Nossa Senhora do Amparo. Também estudou possibilidades de desenvolvimento da capitania e iniciou catas de prata no sopé da serra de Maranguape. Esse trabalho, como assegura o Barão de Studart, coordenado por mineradores alemães, foi suspenso por ordem dos reis de Espanha, por temor de que o êxito pudesse concorrer com as minas de Potosi, na Bolívia. (STUDART, 1903, p. 148). Findo o período para o qual fora nomeado, Martim deixou o Ceará, fixando-se temporariamente em Pernambuco, a fim de combater os holandeses. Radicou-se depois na Bahia, de onde voltou a Pernambuco, a fim de participar da insurreição contra os holandeses em 1648. Doente, dirigiu-se a Portugal, onde veio a falecer.

4.1.3. Os holandeses

A presença holandesa no Ceará não encontra valia nos estudos de forma urbana da cidade da Fortaleza. Como antecedências históricas, diga-se que populações, habitantes dos estuários alagados dos rios Escalda, Mosa e Reno, se haviam reunido em pequenos estados autônomos. Por decorrência de problemas sucessórios em casas reais europeias ficaram, porém, submetidos em fins do século XVI aos reis de Espanha. Os estados das embocaduras do Reno e do Mosa e os outros mais a norte, adotando os preceitos religiosos do protestantismo calvinista, proclamaram sua independência e constituíram uma federação, tornando-se inimigos irreconciliáveis dos espanhois. Em 1621, fundaram uma sociedade por ações denominada Companhia Privilegiada [de Comércio] das Índias [Ocidentais], organização capitalista, irmã de uma congênere, destinada a estabelecer negócios com o Oriente. A Companhia dedicava-se ao comércio ultramarino e gozava de privilégio nas transações com as Américas, além de manter força militar e naval, empregada quando preciso. **(21)**

21. Três quartas partes dos acionistas da Companhia procediam dos estados marítimos da Zelândia e da Holanda, enquanto as cotas restantes distribuíam-se pelos então seis outros estados associados (BOXER, 1961, p. 11). Como a província da Holanda possuía a metade das ações da empresa, à parte fornecer o grosso do pessoal em terra e embarcado, a imagem dos Estados Gerais no exterior recaiu sobre o contingente majoritário. Por tal razão¸ os Países Baixos (*Nederland*, nome oficial) tornaram-se conhecidos nas nações de língua latina como Holanda, curioso caso de sinédoque toponímica, em que a parte respondia pelo todo.

Os holandeses estiveram no Ceará duas vezes. A primeira, em 1637, atendendo aos planos de expansão de Maurício de Nassau. Ocuparam o forte deixado por Martim e permaneceram até 1644, quando foram dizimados pelos índios. A segunda arremetida ocorreu em 1649, sob o comando de Mathias Beck, em busca da prata já procurada por Martim. Sem êxito, ficaram até 1654, quando deixaram o Brasil em definitivo, forçados pela capitulação do Campo do Taborda.

O forte de Mathias Beck era obra frágil. Já estava desmoronado oito anos depois, após a saída dos holandeses do Brasil. Construção precária, foi logo substituída por obra nova, em atendimento às ordens do governador do Maranhão, quando de sua passagem em 1662. No Ceará, as dificuldades de realizar construções perduráveis assomavam e assomaram por longo tempo, tais as dificuldades de obter pedra e cal, bem como fabricar tijolos. O incipiente forte de Beck era uma paliçada (obra de estroncas barreadas), como assinala a legenda do desenho respectivo: *palisaten beseten*, isto é, erguido em paliçada (estacaria), com projeto assinado pelo engenheiro Carr. [22] Destinava-se a proporcionar defesa, principalmente contra os índios, que haviam devastado a anterior guarnição holandesa. À frente de uma comitiva de composição eclética, em que avultavam escravos, Beck veio para o Ceará quando a situação dos holandeses era desesperadora em Pernambuco, após as duas derrotas nos Guararapes, em 1648 e 1649. Louvava-se na opinião de um soldado português, João d'Albuquerque, preso no Recife e torturado (KROMMEN, 1997, p. 71), que prestara informações quanto ao local onde Martim havia procurado a prata. Não se sabe que notícias, verdadeiras ou falsas, teriam sido confessadas, mas fica subentendido que Beck se guiou pelos caminhos da mina traçados por Martim Soares Moreno anteriormente.

22. *Palizzata* é termo de origem italiana; vem de - *palo*, *pali* – pau/s, estaca/s. O autor do projeto seria o engenheiro Richard Carr, possivelmente inglês. Cabe registrar que, em decorrência de limitações demográficas dos Estados Gerais, boa parte dos quadros da Companhia das Índias Ocidentais era composta por estrangeiros contratados.

Intelectuais cearenses respeitáveis, admirados pelo autor deste trabalho, porém não realmente versados em história da forma urbana e arquitetura, valorizam as figuras de "fundadores" da capital cearense,

travando discussões apaixonadas, em que tomam como heróis Martim Soares Moreno e Mathias Beck. (23)

23. Em um passado remoto, atos de cultuar "fundadores" de organizações urbanas, reais ou imaginários, procediam do intuito de conferir privilégios aos seus descendentes, verdadeiros ou supostos, e desclassificar os demais habitantes da cidade, não componentes das oligarquias. A Roma antiga, por longo tempo dividida entre patrícios (descendentes do *pater*, do pai fundador...) e plebeus, ilustra a assertiva.

Quanto à disputa, poderia ser dito que as referências mais antigas ao sítio, onde a cidade da Fortaleza se desenvolveu, remontam ao pequeno forte precariamente construído por Mathias Beck, entretanto, declaradamente sem quaisquer propósitos de assentamento urbano. Tanto assim que, diante do fracasso das catas, Beck tentou mudar-se para o Camocim, onde esperava obter êxito. Jamais um explorador holandês do século XVII saberia como implantar uma cidade no alto de um morro coberto de palmeiras, varrido por ventos, em solo arenoso, junto de uma praia rasa. Tal como os portugueses e outros povos, os holandeses também mantinham seu entendimento próprio sobre instalações urbanas, paciente e arduamente construídas em terras molhadas, tantas vezes tomadas do mar. (24)

24. As cidades das Holandas (atualmente são duas províncias) e da Zelândia, montadas sobre charcos, foram viabilizadas por meio da implantação de represas e canais, que lhes dão um caráter inconfundível e único. As palavras *dam* (represa) e *gracht* (canal) integram numerosamente a nomenclatura urbana das cidades holandesas, em muitas delas, extensiva às próprias cidades, como Amsterdam, Rotterdam, Volendam, Werkendam, Zaandam. (BURKE, 1956, pass.).

Sobre o mais, consoante dizeres do desenho executado por Carr, no local onde foi o forte levantado rapidamente, em apenas vinte dias, já se encontravam instalações, denominadas velhos armazéns (*oude magazyn*), provavelmente abandonadas por Martim. À parte o assoreamento da foz do rio Ceará e dificuldades de obtenção de água, a posição, no morro de Marajaitiba (25), tendo ao pé, o riacho Pajeú, interessava aos projetos exploratórios de ambos, pois, do alto, poderiam visualizar o ancoradouro do Mucuripe e, do morro, alcançar o local das minas de prata, percorrendo caminho direto e transitável, que se desenvolvia no dorso do divisor de águas dos rios Ceará e Cocó. Como nenhum dos dois exploradores, nem

muitos do que os sucederam no mesmo sítio tinham clara intenção de estabelecer uma organização urbana, pouco resta comentar.

25. *Marajaitiba* significa palmeiral. De acordo com o dicionário do padre Lemos Barbosa, o vocábulo procederia de – "*marajaybá* – variedade de palmeira"; "*tyba* – suf. abundancial; haver, abundar; multidão." (BARBOSA, 1967, p. 84 e 154).

De qualquer modo, deve-se creditar a Martim a escolha consciente da posição geográfica dos assentamentos na região conhecida por Ceará (um dos quais, futuras circunstâncias ajudariam a florescer), traduzida no desejo expresso de que, em zona pouco útil, "se deve de sustentar aquillo para estalagem dos que forem e vierem do Maranhão e para Pernambuco que hindo destroçados do caminho ali refazerem assim de mantimentos (...)". Além do mais, a localização ficava facilitada, tanto pela proximidade da linha do Equador como com a visão referencial das "serras do Seara", ao fundo (Aratanha, Maranguape e Juá): "Todos os navios que forem ao Maranhão e ao Pará lhes será forçado hir a reconhecer as serras do Seara porque é de boa conhecença e como ellas estão a 2 graus (...). (MORENO, 1903, p. 195-196).

Na escolha do *locus* da capital cearense, situado em determinada posição geográfica, afloriam certas constantes culturais lusitanas, milenares. Quando da formação de Portugal, nos tempos da Reconquista, a escolha definitiva de um sítio urbano podia indistintamente optar por gleba inculta ou quase sempre recair sobre um antigo estabelecimento mouro ou romano, desde que, a preferência satisfizesse o imaginário urbano português. O caso de Lisboa é paradigmático. O sítio onde a cidade se assenta foi seguidamente ocupado por fenícios, gregos, cartagineses, romanos, suevos, visogodos e mouros, aos quais foi finalmente conquistada em 1147. Não se sabe quem teria sido o "fundador" de Lisboa, a *Alissubo* - a enseada amena dos fenícios, a *Olisipo Felicitas Julia* dos Romanos, a *Olissabona* visigótica, a *Lixbuna* mourisca... Tais vicissitudes históricas em nada obstam que Lisboa seja uma cidade intrínseca, inconfundível e unicamente portuguesa.

4.1.4. A manutenção da "estalagem"

A localização geográfica, o ponto de apoio militar em defesa do território e de eventual ajuda nas ligações da costa leste, com o Maranhão,

abrangia uma frente marítima que se alargava da enseada do Iguape ao Pecém (a região do Ceará). Na época, nesse trecho litorâneo, a manutenção de um forte, ainda que desvalido, e de um povoado mínimo, nascido em seu redor, mostrava-se necessária. Desenrola-se, entretanto, um longo período de incertezas contínuas, com agravamento das dificuldades na preservação da "estalagem". A introdução de rotas marítimas de São Luís e Belém, diretas a Lisboa, reduziria o trânsito de navios na costa cearense, enquanto os caminhos terrestres do "sertão de dentro", entre a capital, Salvador, e São Luís, criavam acesso pelo interior, unindo o Estado do Brasil ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, sem passar pelo litoral cearense. E, mais ainda - a transferência da Capitania do Ceará, como território subalterno aos governadores de Pernambuco, desestimularia as naturais ligações com o Norte, somente retomadas no século XIX, durante o ciclo da borracha.

A futura cidade da Fortaleza, como se vê, superou embaraços ao longo de uma árdua luta por sobrevivência, apoiada na manutenção de um forte sem valia bélica evidente, cuja guarnição, que tantas vezes sequer dispunha de fardamento, empregava seu minguado soldo na sustentação de uma aldeia paupérrima.

4.1.5. Ocupação do sertão e criação de vilas no litoral

Nesse monótono transcorrer do tempo, um fato novo traria alento. Nos primeiros anos do século XVIII, a Capitania começou a mostrar valia econômica, ainda que mínima, proporcionada pela difusão da pecuária extensiva. Os benefícios, porém, distinguiam os sertões, onde se formam povoados interioranos, notadamente no vale do Jaguaribe e, em ponto menor, na ribeira do Acaraú. Na época, prospera a ideia de instalação de uma vila na Capitania, isto é, a criação de um governo local com autonomia relativa, em que, entre os "homens bons", escolhidos como vereadores, adquiriam poderes, todavia limitados por vínculos de fidelidade aos reis e por outros meios de dissuasão. Essa iniciativa consumou-se na criação de uma "vila no Ceará", designação esta, constante da carta régia, que indicava a instalação em terras vizinhas do rio Ceará.

A localização atendia a razões estratégicas, porque a nova vila seria litorânea e, de certo modo, igualmente distante das duas ribeiras, do Jaguaribe e do Acaracú, ocupadas pelas fazendas, além de que nasceria alheia ao mando prepotente dos novos proprietários de terras de pastoreio dos sertões. Tal não ocorreu, contudo, pois o ouvidor da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, que andava distribuindo ou legalizando sesmarias em

zonas litorâneas, entre o Pacoti e o Jaguaribe, no uso de suas prerrogativas judiciais, mas sem razões declaradas, decidiu instalar a vila, em 1713, no lugar Aquirás. Na escolha, a eliminação do povoado do Forte foi intencional, como modo de evitar a concessão de uma soma de poderes aos membros da Câmara Municipal, prováveis aliados dos capitães-mores, membros da administração real, militares com os quais os ouvidores, diplomados em Coimbra, sempre andavam às turras. (26)

26. De acordo com a legislação colonial, os ouvidores eram obrigados a morar na vila mais antiga das capitanias pelo menos durante a metade do ano (no caso, obrigação logo superada). Como primeira vila instalada no Ceará e por ter sido sede inicial da ouvidoria, tal fato leva algumas pessoas a suporem que o Aquirás foi "a primeira capital" da Capitania. Quádruplo engano. Primeiro, porque os ouvidores eram membros do poder judiciário; segundo, porque a vila da Fortaleza constituía a capital de fato da Capitania, como morada, que era, dos capitães-mores, militares representantes do poder executivo, isto é, dos governadores de Pernambuco. Terceiro, porque então a capital de direito, de certo modo, era o Recife. Finalmente, porque a simples condição de primeira vila cearense em nada pesava, pois a vila de São Vicente, em São Paulo, a primeira instalada pelos portugueses (1532), jamais foi a capital da Colônia, título conferido à Cidade do Salvador em 1549, por Tomé de Sousa, o primeiro Governador Geral do Brasil.

4.1.6. A instalação a vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção

Inconformados com a decisão do ouvidor Soares Reimão, sucessivos capitães-mores, ajudados pelo capelão do Forte e vigário, o padre João de Matos Serra, ignorando ou encobrindo determinações reais que somente permitiam instalação de vilas, entre si, distantes de mais de seis léguas, encetaram um movimento que redundou na criação da Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção da Capitania do Ceará Grande, instalada em 13 de abril de 1726. Por tantas e tais razões, o ato avulta com significado de importância maior na história fortalezense, por meio do qual ficou oficializada e de certo modo garantida a continuidade física do povoado. Sem o reconhecimento legal, ante a perda gradativa de sua utilidade primitiva em decorrência das mutações conjunturais desfavoráveis, a grande cidade de hoje teria sido fatalmente condenada ao desaparecimento. Talvez substituída pelo Aquirás ou, com mais razão, pelo Aracati, então bafejado por maior desenvolvimento material, fruto de funções secundárias produtivas. (27)

27. Por tais motivos e com louvável discernimento, a Câmara Municipal de Fortaleza oficializou aquela data distante, quando ocorreu a sua instalação, como o *Dia da Cidade*, comemorado festivamente. Vale, entretanto, lembrar que a celebração prestigia o dia do nascimento da *civitas* e não o dia de criação da *urbs*, vago e obscuro, sem qualquer possibilidade objetiva de confirmação.

Mostrada com algum exagero em desenho *naif*, guardado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, desenho que o capitão-mor Manuel Francês mandou tirar em 1731, a nova vila manteve-se pequena e modesta, ainda até em começos do século XIX.

Paralelamente à autonomia municipal de que passou a desfrutar, a vila, cuja vida se imbricava no quotidiano da corporação militar, continuou como sede oficial da administração da Capitania, morada dos capitães-mores, sempre prestigiados, embora dependentes dos governadores de Pernambuco. **(28)**

28. Entre as origens da cidade medieval, Weber valoriza as fortificações, as guarnições e suas interações, todas mantidas pela população, isto é, pelo mercado. (WEBER, 1966, p. 75-80). Estas referências weberianas mostram semelhanças, mas não configurariam exatamente o caso fortalezense, pois a guarnição local era paga pelos cofres reais, soldo com que a vila pobre praticamente se sustentava.

Na vila do Forte, durante o resto do século XVIII, a vida transcorreu, ora em rotina, ora às voltas com dificuldades. Nas décadas finais, os capitães-mores e ouvidores, em iniciativas isoladas, recomendaram às instâncias reais, com insistência, a concessão da autonomia administrativa da Capitania, retirando-a do domínio dos governadores de Pernambuco. O atendimento às proposições, juntamente com os novos incentivos, logo mudariam a vida da vila humilde, introduzindo-a em novo patamar de qualificação, o qual encerraria a fase dita pré-urbana.

5. Fase protourbana

A autonomia administrativa da Capitania, outorgada por Carta Régia de 17 de janeiro de 1799, beneficiou a vila da Fortaleza em vários aspectos. Primeiro, indiretamente, ao conferir nova posição à Capitania no contexto da organização colonial, agora administrada por figuras de destaque,

dirigentes nomeados pelo rei e integrantes de um círculo burocrático que mantinha relações palacianas com Sua Majestade. A autonomia franqueava negociar com Portugal e colônias sem intermediários, vantagem ampliada ao comércio internacional em 1808, quando da abertura dos portos do País. Em termos de benefícios diretos, verificou-se a transformação da vila em capital da Capitania, agora capital de fato e de direito, sede da administração real. Esses atributos logo se complementariam com o início das atividades de porto exportador de algodão para a Inglaterra, produto cultivado em terras próximas, sob patrocínio de comerciantes portugueses moradores na vila. Uniam-se as ações burocráticas e comerciais, quer dizer, funções terciárias desenvolvidas em favor da vila, animada desde aqueles dias por uma nova condição realmente urbana, em um processo de permanente crescimento material e afirmação cultural.

Vários indícios das diretrizes assumidas em busca de condições de vida urbana logo se manifestariam, amparadas pelos governadores e seus auxiliares, sempre com vistas ao desenvolvimento do comércio exterior. Assim, Bernardo Manuel de Vasconcellos, o primeiro governador (entre 1799 e 1802), procurou fortificar o Mucuripe e remodelar o velho forte da Assunção. João Carlos Augusto de Oyenhausen e Grewenburg, (entre 1803 e 1807), que o sucedeu, interessou-se pela introdução da ordem e da paz nos sertões conturbados, obtendo certa tranquilidade de interesse geral. Luiz Barba Alardo de Meneses, o terceiro dirigente, entre 1808 e 1812, tomaria decisões relativas à construção de uma nova fortaleza da Assunção, que não realizou, e aos estudos das condições de acessibilidade do embarcadouro. Para tanto, encomendou o levantamento de uma batimetria da bacia portuária da vila, tirada pelo capitão de fragata português Francisco Antônio Marques de Giraldes. Na oportunidade, Giraldes pintou uma valiosa aquarela, a primeira a patentear uma imagem confiável da vila, numa perspectiva em que se observam *os dois níveis,* comuns às cidades lusitanas, no caso - a "Praia" (a cidade baixa) e, no alto, a colina de Marajaitiba, interligadas por um caminho em ladeira, a futura avenida Alberto Nepomuceno.

Nos oito anos seguintes, entre 1812 e 1820, na administração do quarto governador, Manuel Ignácio de Sampaio (1779-1856), a vila conheceria realmente obras novas, todas significativas no plano das realizações materiais, sociais e culturais, base da rápida montagem de um arsenal simbólico de valores urbanos. Sampaio contou com a ajuda inestimável

de seu ajudante de ordens, o Tenente-coronel de Engenheiros Antônio José da Silva Paulet (1778-1837), responsável pela execução de mapas e de edificações, tais como a alfândega, o mercado e, principalmente, a atual versão da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em pedra, tijolos e cal, obra tombada pelo IPHAN como monumento nacional brasileiro. (29)

29. A propósito de obras duradouras e empecilhos sempre deparados, cabe lembrar que os habitantes da vila do Forte bem que lutaram durante mais de século por vê-lo erguido em "pedra e cal", aspiração somente atendida quando da construção da atual Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com obras iniciadas em 1812 e, ainda assim, financiadas pela população da Vila.

Entre as realizações de Paulet, avulta sobremodo no interesse deste trabalho dedicado à forma urbana fortalezense, o plano de expansão da vila, em risco ortogonal, oferecido à Câmara em 1812, cuja análise revela uma vinculação de procedência dupla. Primeiro, quanto à designação do trecho da vila em que o plano seria aplicado. Segundo – quanto às origens do tipo de traçado escolhido, futura imagem da Cidade.

5.1. Diretrizes de expansão

Consoante informação prestada pelo Barão de Studart, um dos ouvidores da Capitania, no inicio do século XIX, emitiu proibição no sentido de evitar que a vila assumisse um desenho linear, traduzido pela gradativa ocupação das terras situadas à margem esquerda do rio Pajeú. Esse processo natural de expansão, sem dúvida, procedia da atração exercida pela oferta de água ribeirinha próxima, utilizada no consumo doméstico e no cultivo de espécies destinadas à alimentação da vila.

> *06 fev. 1808 – O ouvidor Francisco Affonso Ferreira ordena em auto de audiencia geral de provimentos e correição que a camara de Fortaleza prohiba edificar no logar, que principia das casas do capitão Felipe Lourenço e José Agrella, erectas no fim da rua que segue para a Estrada de Messejana, "afim de que os povos com esta prohibição se disponhão a fazel-o no centro da Villa e no terreno da casa de polvora".* (STUDART, 1896, p. 480).

Com se vê, a intervenção desestimulava as atividades primárias, ligadas à vida rural, admitindo na vila apenas a presença de funções ditas

urbanas. As determinações, de procedência judiciária, na verdade, tanto proibiam a expansão indevida, como apontavam a nova área destinada à ocupação. As decisões não foram atendidas de pronto, certamente por falta de profissional habilitado ou por temor de edificar em solo arenoso, além de eventuais dificuldades de obtenção de água. Adiadas, somente se viram cumpridas após a chegada de Paulet.

As indicações do ouvidor - "no centro da Villa e no terreno da casa de polvora", explicam porque o delineamento inicial definiu as ruas da Boa Vista (Floriano Peixoto), Palma (Major Facundo) e Formosa (Barão do Rio Branco). Riscadas em paralelo, as três vias começavam no atual Passeio Público, então espaço baldio, onde se situava o paiol de pólvora da Fortaleza da Assunção (removido para o Morro do Croatá em 1854). O traçado também permitia que a rua Floriano Peixoto delimitasse a praça do Mercado, centro comercial da vila, em vias de definição, à época.

5.2. O plano de Paulet

Paulet procurou inserir sua malha na área pré-determinada pelo ouvidor e acatada pela Câmara. Escolheu um traçado com ruas paralelas e cruzamentos ortogonais, sem dúvida, inspirado na solução, entre várias então propostas, mandada aplicar pelo Marquês de Pombal, quando da reconstrução da Baixa Lisboeta, destruída pelo terremoto de 1 de novembro de 1755. **(Figura 13)** No risco adotado, de quadras em retângulos, as perpendiculares ao Tejo formavam uma sequência alternada de ruas mais largas e menos largas, disposição que, entretanto, não atraiu Paulet. [30] **(Figura 14 e 15)**

30. Por razões admissíveis, entre as quais as dificuldades topográficas de aplicação do traçado em xadrez na área, nem o ouvidor, nem a Câmara, nem Paulet se interessaram por examinar as possibilidades de intervenção na denominada "Praia", a "cidade baixa" fortalezense, tentada somente depois de 1850, sem êxito, aliás. Na ocasião, de fato, houve intento não levado à frente, de ser efetuada outra expansão, entretanto, lançada a leste do Pajeú, tendo como diretriz a rua do Norte (atual Governador Sampaio).

Os traçados regulares em retícula, como já se assinalou, eram conhecidos em Portugal e no Brasil, ainda que empregados sem precisão de desenho, tanto por limitação das áreas disponíveis como por causa de

acomodações ao relevo do solo. Havia, porém, raízes seiscentistas distantes, de aplicação da retícula nos pequenos assentamentos erguidos nas chamadas praças fortes, limitados aos interiores das muralhas de defesa. Os traçados ortogonais, contudo, passaram a ser acolhidos sistematicamente em Portugal, com exatidão de risco, no plano da recém-criada Vila Real de Santo Antônio, no Algarve, em 1773. No Brasil, logo seriam aplicados, desde o último quartel do século XVIII, nas cidades novas e, desde então, amplamente nas propostas de expansões urbanas.

Referências mais pormenorizadas sobre a figura de Paulet e suas atividades no Ceará constam de artigo do autor intitulado *Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.* [31] Esse artigo, entre outros fatos, procura evidenciar a percepção do momento histórico atravessado pela vila, claramente divisado pelo grupo de reinóis, todos com presença e forte influência na vida fortalezense, quer como dirigentes de nomeação real, quer como empresários, sustentáculo, sem dúvida, em benefício de uma consciência urbana afirmativa, de excepcional importância para o futuro. A elevação da vila à condição de cidade (1823), a construção da nova igreja matriz, o comércio de exportação, festas públicas, torneios literários, elogios poéticos em favor de realizações materiais, exaltações de grandeza urbana (exageradas), enfim, um conjunto de manifestações que deve ser creditado ao início auspicioso de uma nova era. Finalmente, começa a configuração de algo que se pode denominar, física e institucionalmente, uma cidade. [32]

31. Ver do autor, o artigo *Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica*, publicado na Revista do Instituto do Ceará v. 126, ano 2012 (p. 9-72).

32. Esses acontecimentos, vale registrar, interpretados segundo os conceitos antagônicos de Weber e de Simmel, considerados de per si, justificariam a periodização proposta pelo autor, pertinente à história urbana fortalezense.

6. Fase urbana

De agora em diante, as páginas que deveriam tratar da *Fase Urbana* começam a diminuir gradativamente, reduzindo-se o texto a indicações

abreviadas. Fazem-se apenas esta ou aquela inclusão de pessoas e eventos significativos, seguidas de curtos comentários imprescindíveis, ainda que resumidos. A decisão, repita-se, procura enquadrar o texto nas normas editoriais da Revista do Instituto do Ceará, quanto à extensão dos artigos publicados, já excedida, mas acompanhando a interrupção também ocorrida quando da realização da palestra, limitada por restrições do tempo.

6.1. Começos da fase urbana

A fase fortalezense, que se denominou urbana, tem seus inícios em meados do século XIX, e já se mostra praticamente definida na década entre 1870 e 1880. Aprovado o plano Paulet em 1812, nos anos seguintes a Câmara procurou expandi-lo por agregações em quarteirões quadrados, com trabalhos sob a coordenação do arruador Antônio Simões de Faria, antigo auxiliar de Paulet. Houve recuo quanto ao prosseguimento do plano para leste, pois certamente Paulet previa ocupação de uma segunda área, situada além Pajeú, constituída por um trecho também em retícula, entretanto, formando um conjunto independente daquele primeiro oferecido à Câmara. A organização espacial desse trecho, que tomaria como diretriz a rua do Norte, aberta em 1813 (atual rua Governador Sampaio), não foi consumada, mas pode ser visualizada em dois desenhos, um, do próprio Faria e outro, do padre Manuel do Rego Medeiros. (33)

33. Sobre essa proposta singular, aliás, não materializada, que ocuparia as terras do Outeiro do Colégio (não confundi-lo com o Outeiro da Prainha), ver o artigo do autor intitulado *Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada*, publicado na Revista do Instituto do Ceará v. 119, ano 2005 (p. 93-123).

O presidente Alencar. A Diocese. O Ferreira Boticário.

A Fortaleza dos anos centrais do século XIX ganhou benefícios procedentes de fatos ocorridos em dias anteriores, correlacionados com medidas propostas no Ato Adicional de 1834, entre as quais a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, cujo funcionamento exigia a presença dos políticos interioranos nas capitais. Ficavam também concedidos, pelo menos aparentemente, mais poderes aos governos provinciais, logo utilizados na administração do futuro Senador José Martiniano de Alencar

(Barbalha, 1794 – Rio de Janeiro, 1860). No campo das comunicações, Alencar delineou um leque de estradas convergentes para a Capital, criou o Lyceu do Ceará (instalado em 1845) e a Escola Normal (instalada em 1882), introduziu a energia a vapor em seu próprio engenho, no sítio Alagadiço Novo (Mecejana), atraiu imigrantes portugueses dos Açores, enfim, ações que irão conferir à Fortaleza uma posição hegemônica na rede urbana provincial, sempre em afirmação.

Essa posição de destaque assumida, desde então incontestável, encontra-se consagrada na Bula Pontifícia *Pro Animarum Salute*, assinada pelo Papa Pio IX, datada de 6 de junho de 1854, que ratificava a criação da Diocese do Ceará, criada pela Lei Geral nº 693, de 10 de agosto de 1853. Documento valioso, praticamente desconhecido, da mais alta significação para a história urbana fortalezense, o texto papal foi divulgado recentemente por Geová Cavalcante. A bula não apenas justifica, em pormenores, a escolha da cidade da Fortaleza para sede diocesana cearense, mas a compara superiormente com algumas comunas cearenses, já inferiorizadas.

No transcorrer daquele período, durante quase duas décadas (1842-1859), ocupou a presidência da Câmara Municipal o boticário Antonio Rodrigues Ferreira (Niteroi, 1801- Fortaleza, 1859), fluminense radicado na Cidade desde jovem. A expansão urbana, com risco em xadrez, incentivada na administração do Ferreira, iniciou o recobrimento das vias radiais, antigos caminhos de ligação com o interior, indutores naturais do crescimento, parcialmente eliminados. Um desses caminhos, que nascia ao pé da Fortaleza da Assunção, era conhecido por estrada de Arronches, topônimo por longo tempo referido à Parangaba. Nessa estrada, que ainda remanesce na parte hoje correspondente à avenida da Universidade e à avenida João Pessoa, havia uma bifurcação no trecho inicial, um "cotovelo", que marcava o ponto onde nascia o caminho para Soure (Caucaia), as atuais avenida Bezerra de Meneses / Mister Hull / BR 222. O "cotovelo", localizado em espaço urbano já parcialmente construído, foi eliminado com desapropriações pelo Ferreira em 1842, ocasião quando ficou definida a atual forma retangular da praça que leva o seu nome, consagrado por decisão da Câmara em 1871. [34] **(Figura 15 [B])**

34. Sobre Ferreira - biografia e administração, ver do autor o artigo intitulado *O 2º centenário do nascimento do Ferreira Boticário*, publicado na Revista do Instituto do Ceará v. 115, ano 2001 (p. 127-148).

Adolpho Herbster

Em 1859, durante os anos finais da administração do Ferreira, o engenheiro João Adolpho Herbster (Recife, 1826 – Fortaleza, 1893) foi contratado como arquiteto da Câmara. Herbster tinha vindo para o Ceará em 1855, a fim de organizar a Diretoria de Obras da Província nos moldes da congênere pernambucana, onde trabalhara.

Em 1859, Herbster entrega à Câmara a sua *Planta Exacta da Capital do Ceará*, o primeiro documento com perfeita representação gráfica da Cidade, acompanhado de todas indicações necessárias a uma posterior compreensão e reconstituição física do conjunto urbano. Em 1861, oferece um plano de expansão ortogonal da cidade, todavia, logo ajustado às restrições da realidade, substituído, que foi, pela PLANTA DA CIDADE DA FORTALEZA E SUBURBIOS, elaborada em 1875. **(Figura 16)**.

A planta de 1875 norteará o processo de expansão fortalezense numa área que ia desde a atual rua Nogueira Accioly, a leste, ao riacho Jacarecanga e praça dos Libertadores (Nossa Senhora das Dores) a oeste, bem como desde a Prainha ao Benfica, um pouco além da avenida 13 de Maio. Projetava, pois, uma área equivalente ou um pouco maior do que o atual centro expandido. A planta encobria parcialmente as radiais (menos a estrada da Messejana), fazendo desaparecer os antigos caminhos de penetração até a linha do divisor de águas das bacias Atlântica e do rio Cocó (do seu afluente, o riacho Tauape), isto é, à altura da cota de 24,50m, ao longo da atual rua Antônio Pompeu. Lamentavelmente, as duas imensas reservas ambientais demarcadas na planta, que preservariam os vales dos riachos Pajeú e Jacarecanga, foram ocupadas aos poucos, achando-se hoje quase extintas. [35]

35. A planta de 1875 assinala um circuito de "ruas largas", isto é, com 100 palmos de largura (22 metros), formado pelas atuais avenidas Dom Manuel (da Conceição [da Prainha]), Duque de Caxias (do Livramento) e do Imperador [Pedro II]. Grande parte das avenidas fortalezenses abertas no século XX pautaram-se por aquelas dimensões, empregadas em todos os bairros, principalmente na Aldeota. Presentemente, esses padrões, definidos há um século e meio, ainda continuam sendo aplicados em bairros novos, como na Sapiranga e adjacências!...

Com ocasionais atualizações, a planta de 1875 foi reproduzida na *Planta da Cidade da Fortaleza da Provincia do Ceará, levantada por*

Adolpho Herbster, engº da Provincia e Archº aposentado da Câmara Municipal. 1888. Litografada em Paris, em duas ocasiões, dela foram extraídas cópias impressas, de alta qualidade, material hoje distribuído em arquivos e preservado por alguns interessados. Constituía um retrato, uma impressão gráfica da Cidade, em sua plenitude urbana, espalhada sobre área cujos moradores já teriam de se deslocar por meio de transportes coletivos (bondes à tração animal). Nova planta fortalezense somente seria levantada pela Prefeitura em 1932, quase meio século depois, ainda assim, com a ressalva de se tratar de uma atualização da última planta de Herbster. **(36)**

36. Sobre a figura e as atividades de Herbster, ver do autor o artigo intitulado *Contribuição de Adofo Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza*, publicado na Revista do Instituto do Ceará, v. 108, ano 1994 (p. 43-90).

Como se vê, a manutenção dos espaços assinalados nas plantas de 1875 e 1888, no desenho da cidade atual, hoje correspondentes à zona central, explicam a substituição do tema proposto pelo tema desenvolvido. Por tais razões, posto que não ocorreram "transformações no centro de Fortaleza", optou-se pela apresentação de comentários sobre a forma urbana da Cidade **(37)**.

37. Sobre cartografia urbana fortalezense, ver COSTA, Maria Clélia Lustosa. (2014, p. 81-111). Ver também, CASTRO (1982, p. 22-81).

6.2. O século XX

Já definida a condição urbana em fins dos oitocentos, o século XX constituirá, tanto na organização física como no campo social, uma ampliação do sistema, dividido em subfases, matéria que extrapola os objetivos do tema proposto para discussão. Essas subfases ficariam demarcadas, em termos de arquitetura e dimensões urbanas :

a. pelos dias da República Velha - adoção do ecletismo e importação de estruturas de ferro.

b. dias após a Revolução de 1930 – introdução de um modernismo por via *Art Déco* e emprego do concreto armado.

c. em meados do século – elaboração de planos urbanísticos para a Cidade, não realizados, e a presença de arquitetos de formação modernista.

d. durante os governos militares – a construção dos grandes conjuntos habitacionais em periferias urbanas; o fim da cidade finita e a criação da autarquia de inter-relacionamento metropolitano (AUMEF). Paralelamente, a aceitação ampla da morada em apartamentos.

c. no período de redemocratização - a expansão demográfica e física da Cidade (em fins de 2015, 2.600.000 habitantes na área urbana) e a ultrapassagem dos limites municipais (4.000.000 de habitantes na área metropolitana), avultando a nova condição de metrópole nacional brasileira, com uma zona de influência sobre 20 milhões de pessoas.

6.3. Problemas do centro urbano.

Finalmente, retorna-se ao tema original da palestra, tomado como encerramento do trabalho. Para tanto, incluiu-se uma lista (ampliável) de tópicos pertinentes a problemas atuais no centro urbano, matéria não examinada na palestra, nem neste artigo.

1. Expansão sobre a área urbana montada em malha ortogonal com espaços rigidamente uniformes, sem ligação franca com os bairros.
2. Ruas relativamente estreitas com calçadas estreitíssimas e mal cuidadas.
3. Divisão fundiária em lotes estreitos e compridos, com limitadas possibilidades de variação de uso.
4. Quarteirões com até 600 palmos de lado (132,00 m), isto é, com um contorno de mais de meio quilômetro, então admissíveis para uso residencial (quintais), mas pouco indicados para fins comerciais.
5. Transformação das casas térreas de morada em pontos comerciais, com dificuldades de adaptação espacial.
6. Expulsão e/ou mudança voluntária dos moradores de classe média.
7. Retirada dos símbolos de poder.
8. Fim dos espaços de lazer noturno: desaparecimento do *footing*, dos cinemas e dos cabarés. A televisão.
9. Fuga do comércio de alto padrão para os bairros ricos.
10. Ocupação indiscriminada e conturbada dos espaços públicos pelo poder público e pelo comércio avulso.
11. Esvaziamento de uso dos edifícios destinados a escritórios.
12. Dificuldades de acesso a pedestres e veículos. Falta de espaços para encontros coletivos (utilizada apenas a pequena praça do Ferreira).

TRAÇADO LINEAR

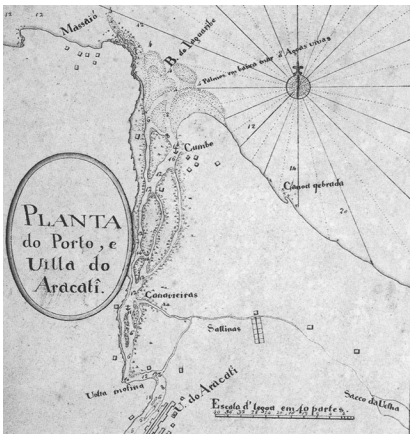

Figura 2. Planta do Porto, e Villa do Aracati. FONTE: Mapoteca do Itamaraty. 1813 In. REIS, 2000, p. 133

TRAÇADOS IRREGULARES (MEDIEVAIS) E TRAÇADOS RADIAIS-PERIMETRAIS

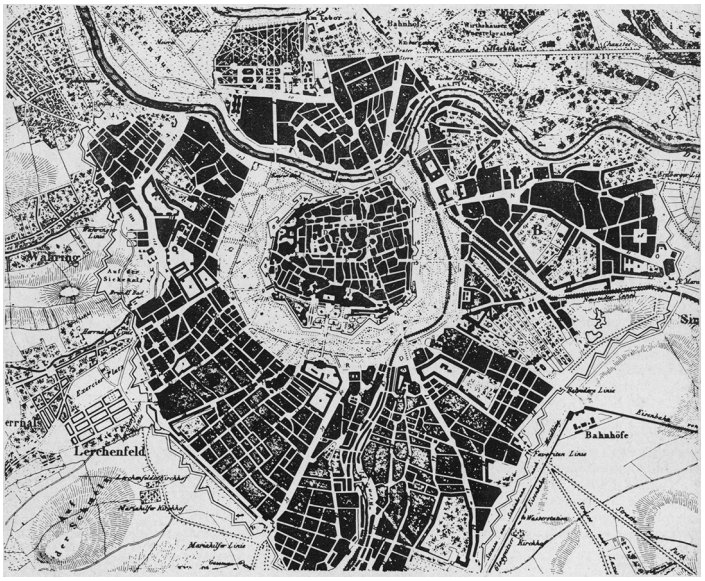

Figura 3. *Viena*. Planta em torno de 1850. Observar o núcleo medieval primitivo, de desenho irregular, miúdo e confuso, formado em torno da catedral de Santo Estevão, ainda cercado por muralhas com baluartes, lançadas em meio a um imenso parque de envolvimento. No exterior, já construído, notar a expansão segundo o sistema radial-perimetral. Depois de derrubadas as muralhas, o parque foi parcialmente ocupado com edificações institucionais e privadas. Fonte: MORRIS, 1976, p. 176.

OS TRAÇADOS ORTOGONAIS

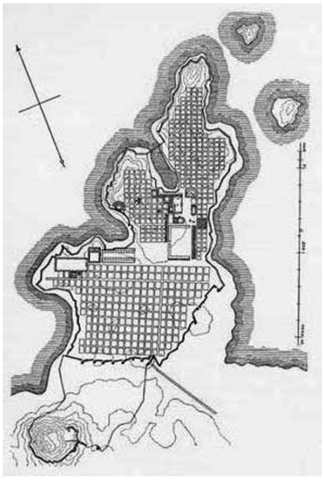

Figura 4. *Mileto*. Cidade colonial grega, c. 470 a.C. Reconstituição arqueológica. FONTE: MORRIS , 1974, p. 27.

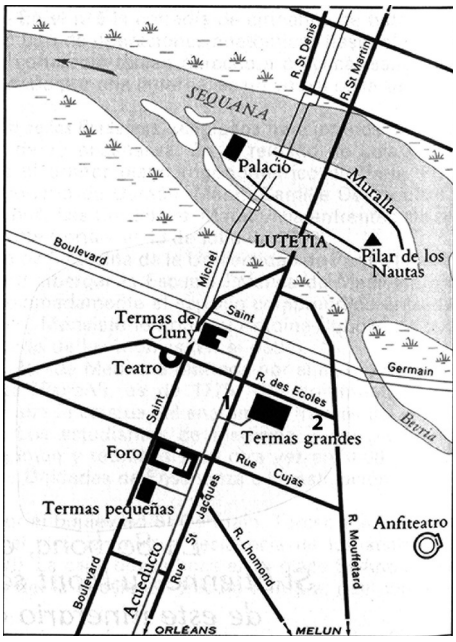

Figura 5. *Paris galo-romana*. Traços da antiga Lutetia Parisiorum remanescentes no Quartier Latin: *o cardo* (1) – atual rue de Saint Jacques; o *decumanus* (2) – atual rue des Écoles. Fonte: MICHELIN, 1992, p. 188.

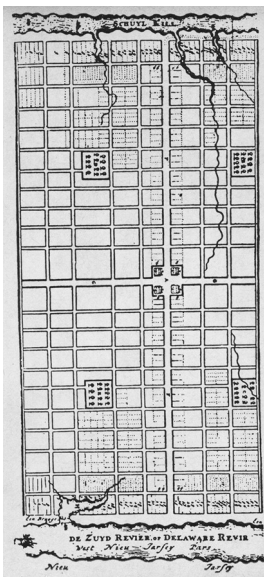

Figura 6. *Philadelphia*. Cidade norte-americana da época da colonização inglesa. Fundada por William Pennem 1683 e projetada por Thomas Holme. Fonte: MORRIS, 1974, p. 224.

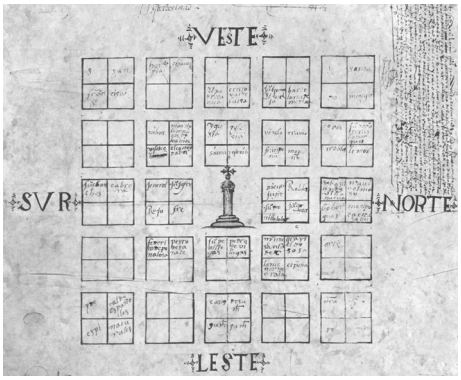

Figura 7. *Mendoza*, Argentina. Colonização espanhola. Mapa do traçado e divisão do solo constante da ata de instalação da cidade em 1562. Fonte: Urbanismo Español en América, p. 221.

A CIDADE PORTUGUESA EM ACRÓPOLE

Figura 8. *Lisboa*. Fonte: Postal. Coleção do autor.

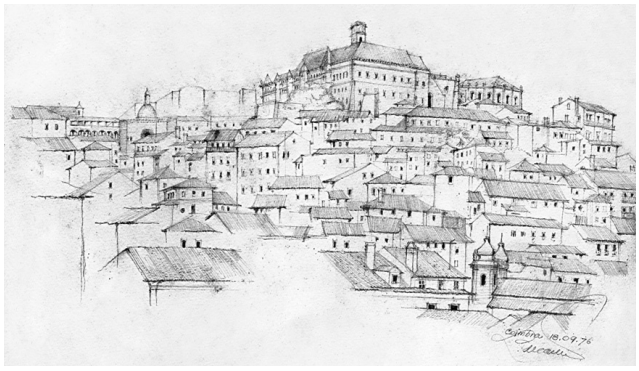

Figura 9. *Coimbra*. Vista tomada da cidade baixa. Desenho do autor. 1976.

Figura 10. *Porto*. Fonte: Postal. Coleção do autor.

A CIDADE BRASILEIRA EM ACRÓPOLE

Figura 11. *Salvador*. Fonte: Postal. Coleção do autor.

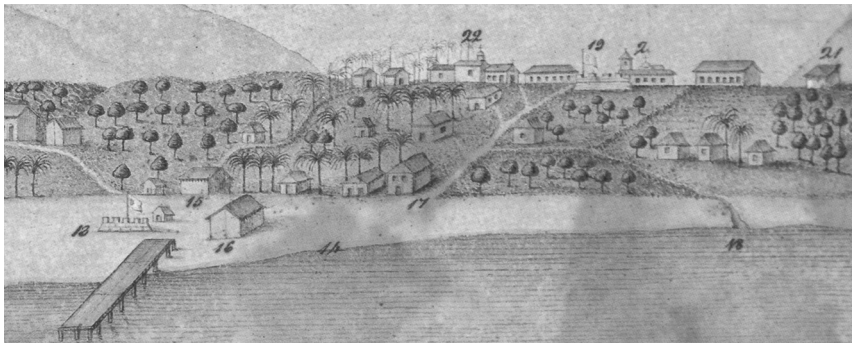

Figura 12. *Fortaleza*. Francisco Antônio Marques Giraldes. Prospecto da Villa da Fortaleza de N. Snrª d'Assumpção do Porto do Ceará. Detalhe ampliado. Observar a ladeira de subida para a "cidade alta", atual avenida Alberto Nepomuceno. Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

FORTALEZA FASE URBANA

Figura 16. Fortaleza. Adolpho Herbster. Planta topographica da cidade da Fortaleza e seus suburbios.

FORTALEZA: O PLANO PAULET

Figura 13. *Lisboa*: a Baixa. Vista aérea. Foto: José da Rocha Furtado Filho.

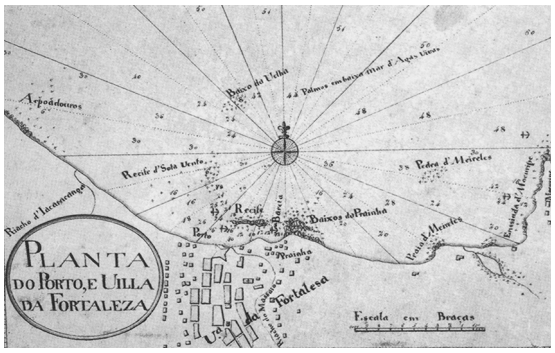

Figura 14. *Fortaleza*. Antônio José da Silva Paulet. Planta e porto da Villa da Fortaleza. 1813. Fonte: Mapoteca do Itamaraty.

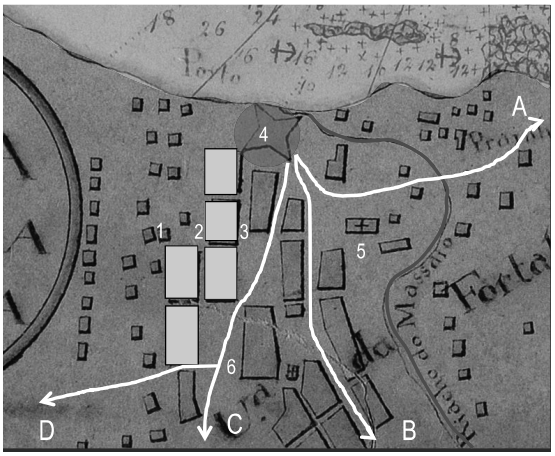

Figura 15. *Fortaleza*. Detalhe ampliado da figura 14, com realce das ruas e quadras projetadas por Paulet. Marcação das vias que condicionariam um futuro traçado radial-perimetral, ainda não encobertas pelo risco em xadrez. Observar o "cotovelo" formado antes da posterior delineação da praça do Ferreira. Caminhos: A. para o Mucuripe; B. para a Messejana; C. para Arronches (Parangaba); D. para Soure (Caucaia). Ruas: 1. Rua Formosa; 2. Rua da Palma; 3. Rua da Boa Vista; 4. Fortaleza da Assunção; 5. Matriz; 6. O "cotovelo".

Bibliografia

ANDRADE, Margarida Júlia F. de Salles. *Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade. 1810-1933*. Tese de doutoramento. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2012. Inédita.

BARBOSA, A. Lemos. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1967

BEZERRA, Nelson Figueiredo & BEZERRA, Ricardo Figueiredo. *Fortaleza anos 70*. Fortaleza: Terra da Luz, 2013.

BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961.

BURKE, Gerald L. *The making of Dutch Towns*. London: Cleaver-Hume, 1956.

CASTRO, José Liberal de. Bicentenário da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção: o caso singular de uma obra de arquitetura militar com função simbólica. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 126, 2012 (p. 9-72).

___Cartografia cearense no Arquivo Histórico do Exército. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, v. 111, 1997. (p. 9-79).

___Cartografia urbana fortalezense. In: *Fortaleza*: *a administração Lúcio Alcântara (1979-1982)*. Fortaleza: PMF, 1982 (p. 22-81).

___Contribuição de Adolpho Herbster à forma urbana da cidade da Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 108, 1994 (p. 43-90).

___O 2º centenário de nascimento do Ferreira Boticário. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 115, 2001 (p. 127-148).

___Uma planta fortalezense de 1850 reencontrada. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 119, 2005 (p. 93-123).

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XX. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, v. 128, 2014.

GLOTZ, Gustave. *La cité grecque.* Paris: Albin Michel, 1968.

GUTKIND, E.A. *Urban Development in Southern Europe: Spain end Portugal*. New York: Free Press, 1967.

HOMO, León. *Rome Impériale et l'urbanisme dans l'antiquité*. Paris: Albin Miche, 1971.

KROMMEN, Rita. *Mathias Beck e a Companhia das Indias Ocidentais*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

MICHELIN. Paris. Guía Turístico. Clermont-Ferrand: Michelin & Cie. 1992

MORRIS, A.E.J. *History of Urban Form*. London: George Godwin, 1974.

PESSOA, José. Em tudo semelhante e em nada parecido. In: A construção do Brasil Urbano. Lisboa: *Oceanos,* 41, jan-mar, 2000. p. 72

PIRENNE, H. *As cidades da Idade Média*. 2. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1971.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

REIS, Nestor Goulart. *Evolução Urbana*. Rio de Janeiro: [s. ed.], 1983.

___. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RIBEIRO, José Otacílio Saboya. *Evolução Urbana*. Rio de Janeiro: [s. ed], 1993.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal - o Mediterrâneo e o Atlântico*. 7. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1998.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana.* Porto: Afrontamento, 1992.

SOUSA, João (frei). *Vestígios de língua arábica em Portugal*. Lisboa: Academia Real de Sciencias, 1789. [cópia fac-similar A. Farinha de Carvalho, 1981].

STUDART, Guilherme, Barão de. *Datas e Factos para a Historia do Ceará*. Fortaleza: Typ. Studart, 1896.

___ Martim Soares Moreno. Sua autobiographia. Descripção do Ceará feita por elle em 1618. In: *Commemoração do Tricentenario da chegada dos primerios portuguezes ao Ceará. 1603-1903*. Fortaleza: Minerva, 1903.

TOLEDO, B. L. de. Antecedentes portugueses. In: *História Geral da Arte no Brasil* – item 3.5. v. l. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1983.

URBANISMO ESPAÑOL EN AMÉRICA. Madrid: Editora Nacional, 1975.

WEBER, Max. *The city*. New York: Free Press; London: Collier Macmillan, 1958.

SUMÁRIO

O titulo deste artigo – *Transformações no centro de Fortaleza*, é o mesmo proposto para uma palestra realizada no Instituto do Ceará, entendido pelo autor como alusivo à organização física do centro da cidade, área praticamente sem "transformações" espaciais há mais de um século. A fim de contornar os fatos, a palestra e artigo, trataram de um histórico da *forma urbana da cidade da Fortaleza*, antecedido de considerações gerais sobre o tema. O artigo procura reproduzir a matéria exposta na palestra, interrompida pela premência do tempo disponível. Por tal razão, o texto compõe-se de uma parte expositiva, encerrada com uma lista concisa de itens não discutidos na palestra.

ABSTRACT

Transformations in the central district of Fortaleza (Brazil) was the suggested title of a lecture delivered at Instituto do Ceará in October, 1st, 2015. Inasmuch as that central area spatial organization is practically the same as seen a hundred years ago, the proposed subject was replaced by historical considerations about Fortaleza's *urban form*. This work intends to reproduce the concepts then exposed, which were interrupted by lack of available time. For this reason, an expositive part and others subjects reduced to a brief list of non discussed items in that lecture, are presented here.